



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

1
d
q

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALIJÓ DO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos 29 dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alijó.-----

Dos trinta e cinco membros que a compõem, faltou a esta sessão a Sr.^a Deputada Maria de Jesus Elias. -----

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o Senhor Presidente da Câmara, o Sr. Vice-Presidente, os Senhores Vereadores Mafalda Mendes, Miguel Rodrigues, Luís Azevedo e Margarida Cascarejo.-----

A sessão foi iniciada pelo Presidente da Mesa, José Canelas, e secretariada pelos Senhores Secretários Mário Vaz e Denisa Simão.-----

Verificada a existência de "quórum" foi, pelo Senhor Presidente, declarada aberta a sessão quando eram 15.00 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:-----

UM: Exposição do Senhor Presidente da Câmara -----

DOIS: Constituição de um grupo de trabalho para elaborar o projeto de regimento da Assembleia Municipal; -----

TRÊS: Nomeação de quatro elementos para integrarem a Comissão alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;-----

QUATRO: Eleição de até 5 representantes e suplentes, de entre os Presidentes de Junta de Freguesia, para integrarem a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios;-----

CINCO: Eleição de 1 representante e suplente, de entre os Presidentes de Junta de Freguesia, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

SEIS: Aprovação da 25.^a modificação aos documentos previsionais de 2017 – Revisão; -----

SETE: Apreciação e aprovação do pacote fiscal para 2018 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Derrama, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Taxa Municipal de Direitos de passagem;-----

OITO: Aprovação da gratuidade dos transportes escolares para estudantes do ensino secundário regular;-----

NOVE: Autorização genérica prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais; -----

DEZ: Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos) para o exercício económico de 2018. -----

PRESIDENTE DA MESA -----

Deu conhecimento do expediente recebido e enviado: -----

Foram recebidas duas comunicações de ausências: A Sr.^a Deputada Marlene Henrique, Presidente de Junta da Freguesia de Santa Eugénia, que se fez representar pelo Sr. Secretário da Junta de Freguesia, Fernando Martins. Por motivo de doença, a Sr.^a Deputada Maria de Jesus Elias não pôde estar presente na reunião. -----

Antes de introduzir a ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia cumprimentou todos os presentes e desejou votos de boas festas e que o ano de 2018 seja um ano cujas expectativas sejam atingidas. -----

Relembrou que a Assembleia era o fórum em que as forças partidárias ali representadas deveriam colocar o interesse comum acima dos interesses partidários, desejando, deste modo, um trabalho produtivo em prol dos cidadãos do Concelho. -----

Saudou os novos Membros da Assembleia Municipal, nos quais se inclui, desejando votos de sucesso naquele novo desafio em prol da causa pública, apelando aos mais experientes ajuda

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2

para uma boa integração no grupo de trabalho. -----

Prestou esclarecimentos, especialmente aos novos Membros, que aquela primeira reunião, por razões técnicas e imperativos legais, só pôde ser realizada naquela data. A convocatória teve de ser enviada com antecedência mínima de oito dias e respetiva documentação com pelo menos quatro dias. A existência de alguns constrangimentos, nomeadamente a tolerância de ponto e a greve dos CTT, bem como a própria reunião de Câmara Municipal, que se realizou tardiamente e onde os principais documentos daquela reunião foram aprovados, obrigaram a marcação da reunião naquela data. -----

Informou ainda que naquela reunião os documentos foram entregues em suporte papel, mas que nas próximas reuniões será utilizada uma plataforma, o ROM, onde os Senhores Deputados poderão encontrar toda a documentação, de modo a evitar gastos avultados em papel, deixando contudo claro, que quem preferir, poderá continuar a receber a documentação em suporte de papel. O acesso à plataforma será através dos e-mails fornecidos pelos Senhores Deputados aos Recursos Humanos. Informou ainda que aquando dos votos de boas festas enviados por e-mail, alguns não foram entregues, pelo que solicitou aos presentes que verifiquem os dados que forneceram e retifiquem com o Secretariado da Assembleia os mesmos. -----

Esclareceu ainda que serão realizadas reuniões de representantes antes das reuniões da Assembleia Municipal, de modo a preparar as próprias reuniões. Essas reuniões teriam início na preparação da sessão de fevereiro.-----

Elucidou que o Regimento da Assembleia Municipal se manteria em vigor, somente ajustando os tempos de intervenção de cada Grupo Municipal, em função do número de eleitos de cada um. Deste modo, o Período de antes da ordem do dia teria uma durabilidade de 45m e a distribuição seria a seguinte: Coligação "Afirmar a nossa Terra" disporia de 23m, o PS de 19m e o Bloco de Esquerda de 3m. O Executivo Municipal teria 15m para responder às questões colocadas pelos presentes. -----

Quanto à correspondência recebida, informou que foi recebido um voto de pesar da Assembleia Municipal de Lousã, a 27 de setembro, pelas vítimas dos incêndios da zona de Pedrógão Grande. A este voto de pesar também a Assembleia Municipal de Alijó se associou. -----

Foi também recebido um convite para o XXIII Congresso da ANMP. Por impedimento o Sr. Presidente da Assembleia não esteve presente.-----

Os Verdes também fizeram chegar iniciativas legislativas, nomeadamente o Projeto de Resolução do Programa de Autoproteção em caso de incêndio florestal e outro Projeto de Resolução, Campanhas de Sensibilização e Informações Estratégicas. Informou que ficariam disponíveis para consulta.-----

Da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens foi solicitada a substituição dos representantes daquele órgão. -----

Da Câmara Municipal foi solicitada a eleição de representantes e suplentes da Assembleia Municipal, na Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, de entre os Presidentes das Juntas de Freguesia. Foi ainda solicitado a eleição de um representante e suplente da Assembleia Municipal para a Comissão Municipal de Proteção Civil, de entre os Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Informou que estavam disponíveis as atas das reuniões camarárias de 26/10, 10/11, 21/11 e 12/12.-----

Comunicou que a Mesa se associou à iniciativa levada a cabo pela Câmara Municipal e do Centro Cultural e Social de Vilar de Maçada, na distribuição de bolo-rei às famílias mais carenciadas. ----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

3

Abriu período de inscrições para o ponto de antes da ordem do dia, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Cláudio Vilela, Glória Veiga, Aurelina Pereira, Toni Afonso, António Fernandes, Filomena Marques, Luís Lameiras, Pedro Espírito Santo, Sónia Pinheiro e Márcio Ribeiro. -----
Apelou ao poder de síntese dos Srs. Deputados e deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela.

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): -----

Cumprimentou os presentes e começou por saudar toda a população pela participação democrática do último ato eleitoral autárquico, tendo-se verificado mudança no Presidente de Câmara e dos Vereadores que compõem a Câmara Municipal, bem como um novo Presidente da Assembleia Municipal, novos Presidentes de Junta e novos Deputados Municipais. -----

Apelou ao entendimento entre todos, independentemente das personalidades e temperamentos, mentalidades e conhecimentos. Agradeceu a disponibilidade e a entrega para esta missão.-----

Afirmou que a coesão, postura construtiva e determinação seriam linhas orientadoras da Bancada do Partido Socialista, Presidentes de Junta e Deputados Municipais, pautando-se pelos princípios e linhas programáticas apresentados. -----

Em recente reunião de Câmara, pela Vereação do PS, foi colocada uma questão relacionada com o edifício das Piscinas Municipais que foi objeto de uma vistoria técnica no decurso do ano de 2017, cujo relatório apontou graves patologias ao edifício e riscos inerentes, designadamente ao nível do teto, sendo apontado o risco de o teto desabar. -----

Informou que relatório nunca foi dado a conhecer ao Executivo Camarário, nem divulgado à população, e as patologias aí apontadas não foram objeto da empreitada que decorreu nos meses de junho e julho, época em que as Piscinas interiores se encontravam encerradas. -----

As questões colocadas foram as seguintes: Qual o encaminhamento que o relatório de vistoria do edifício das Piscinas Municipais teve da parte do Executivo Permanente anterior e do atual? Porque não foi a população informada dos riscos aí apontados e que assumiam gravidade? Porque não se aproveitou a empreitada que decorreu no início do verão para corrigir as patologias apontadas e que seriam urgentes? Qual o ponto de situação atual dessas mesmas patologias? --
Na resposta, o Sr. Presidente da Câmara, na época Vice- Presidente e com o Pelouro das Obras, afirmou não ter tido conhecimento do relatório, mas sim da realização da vistoria, afirmando que no início do próximo ano seria corrigida a situação do teto falso. -----

Contudo, e segundo a informação que foi prestada a esta Bancada pela Vereação do PS, a anterior Vereadora do Desporto, Dr.^a Cristina Felgueiras, remeteu por e-mail um esclarecimento para todo o Executivo Camarário, onde desmente o Presidente da Câmara. -----

Nesse e-mail, com o assunto "Esclarecimento sobre relatório das piscinas", a Dra. Cristina refere o seguinte: -----

"No dia 01-06-2017, sendo eu a Vereadora desta Câmara Municipal com o Pelouro do Desporto, foi-me dado conhecimento, pelo Técnico de Instalação e Manutenção João Paulo Ribeiro, por correio eletrónico, do "RELATÓRIO DE VISITA NO ÂMBITO DA CONDUÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS TÉCNICOS", datado de 04-04-2017, realizado no edifício das Piscinas Municipais de Alijó, para avaliar o desempenho energético, ao abrigo do número 4 do artigo 13º, da alínea a) do número 6 do artigo 41º e do número 1 do artigo 45º do DL 118/2013, de 20 de agosto. -----

O relatório apontava várias patologias do edifício, nomeadamente aos níveis da rede elétrica, unidades de tratamento de ar, produção térmica, entre outras, destacando-se, pela sua gravidade, as observações ao nível do teto, onde era apontado o risco de o teto falso desabar, por muitos dos pendurais estarem soltos. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Prontamente e no mesmo dia 01-06-2017, por correio eletrónico, reencaminhei este relatório para o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vice-Presidente da Câmara com o Pelouro das Obras, com a seguinte menção: "Serve o presente para informar das condições do edifício, que exige manutenção urgente conforme consta do relatório de acompanhamento técnico".----- Estes factos podem ser por mim documentalmente demonstrados, se o Executivo Camarário assim o entender." -----

Perante este esclarecimento e a referência que a anterior Vereadora fez de que estes factos podem ser documentalmente demonstrados e, portanto, também o conhecimento dado desse relatório ao então Vice-Presidente e atual Presidente da Câmara, como pretendia responder o Sr. Presidente? Questionou ainda se teria mentido ao referir que não tinha tido conhecimento do relatório? -----

Perguntou ainda como era possível ter a Câmara Municipal ficado de braços cruzados desde junho, perante um relatório de um técnico credenciado que referiu haver o risco de desabamento do teto das Piscinas? -----

A Bancada do PS pediu que fosse facultada aos Deputados Municipais uma cópia desse relatório.

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.^a Deputada Glória Veiga. -----

DEPUTADA GLÓRIA VEIGA (PPD-PSD/CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes e deu os parabéns a todos os eleitos daquela Assembleia, em especial à coligação "Afirmar a nossa Terra" que mereceu uma maioria consolidada pelo povo do Concelho de Alijó. -----

Há quatro anos acreditaram que com rigor, determinação e muito trabalho seria possível retirar o estado de falência a que o Município tinha chegado. Isso foi cumprido e em quatro anos conseguiram passar do grupo dos Concelhos mais endividados para o grupo de concelhos com melhor desempenho. Foi pago antecipadamente o PAEL e saíram do excesso de endividamento. Foi recuperada a credibilidade dos credores com a redução do prazo de pagamento para onze dias e não haver pagamentos em atraso. Foi renegociada toda a dívida com vantagens para o Município. -----

Disse ainda que estes foram os motivos pelos quais o povo acreditou no dia um de outubro para lançar uma dinâmica de desenvolvimento sustentado, de modo a tornar novamente o Concelho de Alijó num dos mais ricos do Douro.-----

Afirmou que acreditava no Executivo jovem, com ideias, irreverente e corajoso, de modo que no final do mandato tenham a certeza do dever cumprido.-----

Agradeceu ainda, como representante de uma IPSS, a transferência realizada antes do Natal a todas as instituições, cumprindo desse modo umas das promessas da campanha eleitoral. Relembrou que as IPSS são dos maiores empregadores do Concelho.-----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.^a Deputada Aurelina Pereira. -----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD-PSD/CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes e desejou um excelente mandato para todos os eleitos e o desejo de continuação de boas festas a todos.-----

Deu os parabéns ao Executivo da Câmara pela participação nos "Fins-de-semana Gastronómicos", pela organização da Feira de São Martinho, com uma mostra dos produtos das Freguesias do Concelho e pela realização do Mercado de Natal. -----

Enquanto Presidente de Junta da Freguesia de Alijó manifestou a sua preocupação pela segurança de pessoas e bens pelo estado avançado de degradação de edifícios localizados na zona histórica da vila. Solicitou a colaboração da Câmara Municipal para apelar aos proprietários para a sua recuperação ou demolição para evitar alguma tragédia. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Terminou reafirmando o seu agrado pela reabertura do Teatro Auditório Municipal. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Toni Afonso. -----

DEPUTADO TONI AFONSO (PPD-PSD/CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes e desejou um bom mandato a todos. Convidou, em nome do Centro Social e Recreativo de Vila Verde, os Srs. Deputados para a Festas dos Reis, no dia 06 de janeiro.-

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): -----

Cumprimentou os presentes e revelou-se agradado por estar novamente a desempenhar funções enquanto Deputado da Assembleia Municipal e por estar a representar a Freguesia de Vila Chã, enquanto Presidente daquela Freguesia. -----

Felicitou o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os Srs. Presidentes de Junta, o Público e desejou a todos uma excelente quadra natalícia. Desejou ainda as maiores felicidades aos eleitos para que possam ter um bom desempenho e prestar um bom serviço às populações e ao Concelho. -----

Enquanto Presidente de Junta gostaria de chamar à atenção do Sr. Presidente da Câmara, que já solicitou várias vezes a intervenção de um electricista e passados três meses ainda não se tinha deslocado à sua Freguesia esse profissional. -----

Congratulou-se com as obras que se estavam a desenrolar na Freguesia de Vila Chã, chamando a atenção para uma rutura de água que essas obras provocaram e, apesar de já ter alertado para a situação, o cemitério continuaria sem ligação à água, o que dificulta o asseio daquele espaço. - Apelou a uma maior interatividade e colaboração entre a Câmara e a Freguesia, de modo a honrar as propostas realizadas junto do povo. -----

Revelou à Assembleia a primeira proposta feita ao Sr. Presidente da Câmara, que foi a de trabalhar em conjunto para benefício do Concelho e da Freguesia. Afirmou que o Sr. Presidente da Câmara concordou com aquela sugestão, mas até àquela data não a tinha ainda colocado em prática. ----

Disse ainda achar de mau tom, falta de respeito e até atrevimento, os Presidentes das Freguesias não terem conhecimento das intervenções que se realizam nas áreas geográficas para as quais foram eleitos. Quando se deslocam a uma Freguesia o Sr. Presidente da Freguesia deveria ter conhecimento. Pede que haja articulação entre o Presidente de Junta e a Câmara. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.ª Deputada Filomena Marques. -----

DEPUTADA FILOMENA MARQUES (PS): -----

Cumprimentou os presentes e desejou a continuação de boas festas aos presentes, bem como um bom ano de 2018. -----

Disse ter conhecimento que foi deliberado em reunião de câmara de 28/07/2017 a atribuição de uma habitação social de uma família de sete elementos, sendo cinco menores, com idades compreendidas entre os dois e os nove anos. Essa família morava numa barraca que ardeu no dia 25 de dezembro. Disse ainda que na data da reunião a família pernoitava numa carrinha de nove lugares, com beliches cedidos, segundo julga saber, pela Câmara Municipal, ou pela CPCJ. Informou ainda que o agregado familiar estaria a fazer a sua higiene nas Piscinas Municipais. -----

Perguntou sobre o motivo da não entrega desta habitação a este agregado familiar, já que estava deliberado essa entrega desde julho? Afirmou ser uma preocupação pela família, especialmente por causa das crianças. -----

Relativamente a uma obra em Cabeda, na Rua que vai até à Capela, as escadas que ali foram implementadas estariam com um degrau muito grande, tendo já provocado a queda de uma Senhora idosa. Disse ainda que, apesar do corrimão ali existente, os degraus são muito grandes



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

6

e as escadas são inclinadas, tronando-se perigosas, sobretudo com gelo. Apelou que, se possível, pudessem intervir nas escadas para as tornar mais seguras. -----

Ainda na mesma zona, em Cabeda, referiu que lhe foi informado que o escoamento de águas não seria o melhor, pelo que solicitou a atenção do Sr. Presidente para esse problema. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): -----

Cumprimentou os presentes e desejou um bom mandato aos Srs. Deputados, em especial aos que ali se encontravam pela primeira vez. Também desejou um trabalho profícuo e eficaz ao Executivo da Câmara Municipal. -----

De seguida, na qualidade de Presidente do Grupo de Cantares de São Mamede de Ribatua, questionou o Sr. Presidente da Assembleia sobre um convite enviado para o I Encontro de Janeiras, já que não tinha feito referência ao mesmo e este seria dirigido a todos os Srs. Deputados. -----

Deu os parabéns à Banda Filarmónica de São Mamede de Ribatua pelos 2018 anos de existência, comemorados no dia 08 de dezembro, bem como pelos concertos realizados pela Banda e pela Orquestra Juvenil da mesma. -----

Deu também os parabéns pelo concerto realizado pela Banda de Carlão. -----

Congratulou-se pela reabertura do Teatro Auditório Municipal de Alijó, que receberia um Concerto no dia seguinte pela Banda Filarmónica de São Mamede de Ribatua. Pediu uma cópia da licença provisória para todos os elementos da Assembleia Municipal. -----

Sugeriu que o Auditório pudesse estar ao serviço das Associações Culturais de modo a darem a conhecer aquilo que fazem a nível cultural, bem como outros grupos e associações de outras regiões. -----

Sugeriu reintroduzir-se o hábito da realização de uma agenda cultural e que fosse de encontro aos diversos gostos culturais da população do Concelho. -----

Disse ter estado presente numa reunião de Câmara aberta ao público e ter ouvido o Sr. Presidente da Câmara dizer que teria convidado todas as Associações Culturais para uma reunião. Disse não ser verdade pois, na qualidade de Presidente do Grupo de Cantares, não recebeu nenhum convite para participar na reunião. Perguntou quais foram os objetivos dessa reunião e o porquê do Grupo de Cantares não ter sido convocado? -----

Sugeriu ao Sr. Presidente e à Vereadora do Pelouro da Cultura a realização de uma semana cultural, com o envolvimento de todas as Associações Culturais, no verão. Deu o exemplo da semana cultural de Santa Marta de Penaguião que há quase trinta anos realiza uma semana cultural. -----

Propôs ainda que se realizasse um Festival de Marchas Populares que envolvesse todas as Freguesias. -----

Congratulou-se com a inauguração de dois trilhos no Concelho, nomeadamente o Trilho da Sr.^a da Cunha e o trilho das Fragas Más. Referiu que o caminho estava aberto para o desenvolvimento do Vale do Tua. -----

Terminou dizendo que o Executivo anterior esteve de costas viradas para a questão do Vale do Tua. Fez votos para que este Executivo tenha uma outra atitude sobre este assunto. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Pedro Espírito Santo. -----

DEPUTADO PEDRO ESPÍRITO SANTO (PS): -----

Cumprimentou os presentes e desejou um bom mandato a todos e que fosse frutífero para as gentes do Concelho. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-18-19



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

7

Questionou a forma como os representantes do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó foram escolhidos, já que, desde há muito anos era apanágio que os representantes do Município naquele órgão, um deles fosse o Presidente da Junta de Freguesia do Pinhão e neste mandato isso não se verificou. Comunicou que a comunidade educativa do Pinhão, além da sede do Concelho, tem os níveis de ensino do Pré-escolar até ao 3.º Ciclo. Informou ainda que, numa inspeção realizada ao agrupamento, foi elogiada a atitude de nomeação do representante da Freguesia do Pinhão.-----

Relembrou que para o Conselho Pedagógico foi criado um lugar para o responsável para o estabelecimento de ensino do Pinhão, que constaria do regulamento interno. -----

Disse ainda, que no mandato anterior, o Executivo PSD apresentou o Presidente da Freguesia do Pinhão, eleito por uma força política diferente, para aquele órgão. -----

Disse não entender porque foi rejeitada em reunião de Câmara a proposta dos Vereadores do PS em manter a tradição da nomeação do Presidente da Junta de Freguesia do Pinhão, revelando uma intransigência a seu ver incompreensível, para com as gentes do Pinhão, fazendo prevalecer um critério partidário, facto que não podia merecer o seu acolhimento, questionado a razão pela qual a Presidente da Junta de Freguesia do Pinhão não foi escolhida para aquele Conselho? -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.ª Deputada Sónia Pinheiro. -----

DEPUTADA SÓNIA PINHEIRO (PPD-PSD/CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes e desejou a realização de um bom mandato para todos. -----

Agradeceu, em nome da União das Freguesias de Carlão e Amieiro e das Freguesias de Alijó e São Mamede de Ribatua, a colaboração do Município de Alijó na apresentação dos trilhos em Matosinhos, bem como na inauguração dos mesmos. -----

Agradeceu também ao Parque Natural Regional do Vale do Tua pela criação daqueles percursos, tendo-se verificado um grande sucesso não só pelas paisagens dos percursos, mas também pelos produtos endógenos de cada Freguesia. -----

Tratando-se dos únicos percursos pedestres sinalizados do Concelho apelou à sua dinamização, dando deste modo a conhecer as suas paisagens, culturas e o património. -----

Agradeceu a todos os que visitaram o Amieiro a 16 e 17 de dezembro para participar na VIII Mostra dos Produtos da Terra. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD-PSD/CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes, e felicitou-os pela sua eleição e formulou votos para que possam desempenhar de forma eficaz o mandato que lhes foi confiado. Cumprimentou de forma particular os dois Membros eleitos pelo Bloco de Esquerda, pois tratava-se de um facto histórico, visto ser a primeira vez que aquela força política concorreu e elegeu membros para a Assembleia Municipal. Registou com agrado a boa articulação transparecida da atividade do Executivo permanente nos dois meses decorridos após a tomada de posse, ressaltando o São Martinho, os Fins-de-semana Gastronómicos e a sua ligação a atividades de carácter venatório e turístico, a inauguração de trilhos pedestres, a realização de uma montaria e o Mercado de Natal. -----

PRESIDENTE DA MESA: -----

Relativamente aos convites, respondeu ao Sr. Deputado Luís Lameiras que faria os possíveis para estar presente no dia seis de janeiro. Informou ainda que nem sempre é fácil responder e aceitar o elevado número de convites que recebe, especialmente se os mesmos forem realizados em dias de semana. -----

Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Cumprimentou os presentes desejando a todos a continuação de uma boa quadra natalícia e um próspero ano de 2018. -----

Começou por responder ao Sr. Deputado Cláudio Vilela, à questão colocada sobre as piscinas Municipais e ao relatório de vistoria, que nunca teve acesso nem conhecimento do relatório e, por tal motivo, solicitou à Sr.ª Vereadora Sónia Pires para reconstituir o histórico daquele processo.---

Informa que também teve acesso às declarações da Dr.ª Cristina Felgueiras, sem colocar em causa aquilo que ela disse, pois não conseguia provar, já que não tinha mais acesso à sua conta de e-mail anterior, admite como possível que a Sr.ª Dr.ª tenha dado conhecimento. -----

Solicitou ao Sr. Presidente da Mesa que fosse distribuída uma cópia do histórico daquele processo por cada bancada. Disse ter-se apurado, através de computadores envolvidos naquela troca de correspondência, a existência de um outro relatório datado de 03 de outubro de 2016, ou seja, já havia um anterior ao de 04 de abril de 2017, exatamente igual. -----

Nesse levantamento verificava-se uma troca de correspondência entre o técnico Inspetor, os serviços da Câmara Municipal e só em 28 de setembro terá entrado no mail de vice-presidente uma mensagem enviada da Sr.ª Ex-Vereadora que se transcreve: Para conhecimento.

“Efetivamente penso que não estão reunidas as condições para abrir o complexo das Piscinas Municipais em outubro, por uma questão de segurança dos Municípes”. -----

Disse que não existe nenhum anexo naquele email, reafirmando contudo, que não nega que a Sr. Ex-Vereadora tenha dado conhecimento ao Sr. Presidente e Vice-Presidente de então. Reafirmou nunca ter visto o relatório. Disse ainda que a Sr.ª Vereadora Sónia Pires lhe terá dito, que o Sr. Chefe de Divisão Mário Sampaio também não tinha tido acesso ao relatório. Sem precisar, julga que aquele relatório foi obtido através do Técnico Inspetor, que o terá remetido para a Sr.ª Vereadora Sónia Pires. -----

Com este historial, o Sr. Presidente colocou a questão do porquê de não ter sido dado conhecimento do relatório de 2016? Reafirma que não teve conhecimento nem do relatório de 2016 nem do 2017. -----

Sobre as medidas tomadas, o Sr. Presidente informou que já pedira um orçamento e iniciaria um procedimento no início de 2018 e com a data prevista de início de obras no dia 15 de janeiro. Isso implicaria a suspensão da atividade interior das Piscinas durante cerca de três semanas para a intervenção no teto falso e na parte elétrica. -----

Informou ainda que o perito, chamado de TIM 3, que realizou a vistoria, não seria especializado em estruturas, mas sim um técnico especialista em climatização e, aquando de uma vistoria a esses sistemas, chamou a atenção para a deformação do teto falso. -----

Disse preocupar-se com a segurança das pessoas e por tal motivo foi solicitada uma vistoria por um Eng.º Civil especialista em estruturas que realizaria um relatório e que aconselhou a intervenção no teto falso das Piscinas, o que se propôs a fazer a partir de meados de janeiro. ----

Respondendo ao Sr. Deputado António Fernandes confirmou a existência de uma reunião entre ambos, tendo reproduzido corretamente a conversa, mas disse não compreender o que o Sr. Presidente de Junta queria dizer com intervenção nas Juntas de Freguesia sem o conhecimento dos Srs. Presidentes, pelo que lhe solicitou que o esclarecesse, já que não tinha por hábito invadir Freguesias e quando se desloca a alguma, tinha o cuidado de informar os Srs. Presidentes de Junta. Disse desconhecer no caso da Junta de Vila Chã ter falhado nessa matéria. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

No que se refere à intervenção de um eletricista disse já ter solicitado essa deslocação várias vezes e só não aconteceu ainda por motivos de trabalho ou por motivos de férias dos trabalhadores. Contudo lembrou que não estava esquecido e a ordem estaria dada. -----

Quanto às questões colocadas pela Sr.^a Deputada Filomena Marques, o Sr. Presidente disse que tinha conhecimento das mesmas. Disse que a obra tinha sido executada com um projeto técnico, pois a intervenção naquele local exigia alguma complexidade devido ao tamanho do muro a erigir, e à necessidade de escoamento das águas pluviais. Por esses motivos disse ter sido necessário subir a plataforma da rua e daí a necessidade dos referidos degraus. Para evitar o desconforto de algumas pessoas foi colocado um corrimão. -----

Contudo, e perante o descontentamento de alguns habitantes, o Sr. Presidente disse que poderia intervencionar novamente naquela via de modo a suavizar ainda mais a inclinação da mesma. Porém, foi-lhe dito que o calcetamento ali existente teria sido patrocinado por um benemérito com a condição de nunca levantar o piso. Contudo, afirmou que já tinha solicitado um estudo para resolver a situação descrita. -----

Quanto às águas pluviais disse que as mesmas seriam encaminhadas para o mesmo local de sempre, para a linha de água de sempre. Disse ainda que iria estar atento ao próximo inverno e verificar como seria o comportamento das águas, de modo a observar se a estrutura existente no terreno do particular não fosse suficiente para a receção das águas, a Câmara ajudaria a encontrar a melhor solução para o problema. -----

Solicitou de seguida à Sr.^a Vereadora Mafalda Mendes que providenciasse uma cópia da licença provisória de utilização do Teatro Auditório aos Grupos Municipais. -----

Quanto à questão colocada sobre a família cigana desalojada solicitou ao Sr. Presidente da Mesa que fosse a Vereadora com o Pelouro da Ação Social, Eng.^a Mafalda Mendes, a responder. -----

Relativamente às declarações do Sr. Deputado Pedro Espírito Santo, relativas à designação dos elementos para o Conselho Pedagógico, achou desajustadas e mesmo desadequadas as declarações de desrespeito pelas gentes do Pinhão, pois afirmou que isso não estava em causa. Recordou que no mandato anterior estavam nomeados a Sr.^a Vereadora da Educação, o Sr. Vereador João Manuel e o Presidente da Freguesia do Pinhão e que as pessoas se mostraram desagradadas por não estar ninguém do Gabinete da Educação do Município. De modo a evitar esses desagradados, o Sr. Presidente disse que nesta nomeação achava que deveriam estar representados no Conselho Pedagógico a Sr.^a vereadora do Pelouro, a Sr.^a Presidente de Junta de Alijó, porque é nessa vila que se encontra o Agrupamento e um Técnico do Gabinete de Educação do Município. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.^a Vereadora Mafalda Mendes. -----

VEREADORA MAFALDA MENDES: -----

Cumprimentou os presentes e desejou a continuação de uma excelente época festiva e um bom ano de 2018 a todos. -----

Em relação à questão colocada pela Sr.^a Deputada Filomena Marques, informou que o incêndio ocorreu no dia 26 de dezembro e que os serviços sociais estavam a acompanhar a situação desde o primeiro momento e, nessa noite a família ficou alojada junto de familiares. -----

Informou que a Polícia Judiciária e a GNR estariam a averiguar as causas que originaram o incêndio. -----

Disse terem realizado uma visita social no dia seguinte ao incêndio e nessa visita foram colocadas várias possibilidades, visto que as habitações sociais ainda não estariam prontas. Estas ainda não possuíam luz, água, nem as cozinhas preparadas. Disse que durante o mês de janeiro as casas ficariam prontas e entregues às cinco famílias que estavam à espera das mesmas. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Disse ainda que esta família iria ser temporariamente alojada numa casa de emergência, pertença da Junta de Freguesia de Alijó, ainda no dia 29 de dezembro, até a habitação social estar em plena condição para o seu realojamento. -----

Os beliches e os berços foram fornecidos pela Câmara Municipal. A roupa foi fornecida pela Cruz Vermelha e pelo Centro Social de Vilar de Maçada. -----

Esta situação provisória iria ficar resolvida com a entrega de uma habitação no Conjunto habitacional da Câmara Municipal ou, em contrapartida, segundo manifestação da própria família de etnia cigana, poderão ser realojados no Bairro do Hospital. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): -----

Disse ter ficado sem compreender uma questão sobre as Piscinas Municipais depois das explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara. Questionou o Sr. Presidente se tinha tido, ou não, conhecimento do relatório no dia 01 de julho? -----

Questionou ainda a forma como a correspondência interna do Município é tratada, pois verificou-se que existem documentos que não chegam aos seus destinatários. -----

Disse ainda que, mesmo que só tivesse tido conhecimento no final de setembro do relatório, desde então já tinham decorrido três meses e até à previsão da conclusão das obras seriam cinco meses. Concluiu que a solução apresentada foi a de retirar alguma credibilidade aos técnicos que realizaram a primeira vistoria. Disse ainda que o relatório não lhes tinha sido entregue, mas sim uma série de mails. -----

PRESIDENTE DA MESA: Disse que ia insistir com o Sr. Presidente da Câmara para facultar essa informação. Deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes e disse que só pretendia fazer uma chamada de atenção ao Sr. Presidente de Junta de Vila Chã, dizendo-lhe que achava que quando se é eleito para uma Junta de Freguesia pela população dessa mesma Freguesia é para representar essas pessoas, mas que o Presidente de Junta não se pode achar um Sr. Feudal, nem dono do território. -----

Continuou dizendo que quando havia intervenção num território seria para o bem dessa localidade e se o Presidente da Câmara apareceu e não avisou o Sr. Presidente da Junta pode ter sido uma falha ou um esquecimento, mas não um abuso, pois o Presidente da Câmara é Presidente de todo o Concelho e representa todos os Municípios. -----

Em relação à representatividade da Sr.^a Presidente de Junta do Pinhão no Conselho Pedagógico levantada pelo Sr. Deputado Pedro Espírito Santo, disse que tinha alguma razão de ser, mas em termos de representatividade, os alunos do Pinhão eram em menor número que os alunos da vila de Sanfins do Douro. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para completar a sua primeira intervenção. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Respondeu ao Sr. Deputado Luís Lameiras, sobre a convocatória a todas as Associações do Concelho, dizendo-lhe que não foi possível reunir com todas, tendo sido convocados os ranchos, as bandas e os grupos de teatro. Disse ainda que no início do mês de janeiro reuniriam com todas as associações de modo a delimitarem a estratégia para o futuro, designadamente com o acordo de execução e os apoios a conceder a cada associação, bem como a forma de retribuição de cada associação para com o Município. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Relativamente à questão levantada pela Sr.^a Presidente de Junta de Freguesia de Alijó, sobre os edifícios degradados no centro histórico, informou que o proprietário da casa que desabou recentemente foi notificado para corrigir a situação e que o Município está atento à situação. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): -----

Começou por dizer que, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, iria tentar explicar melhor as suas afirmações, começando por dizer que acreditava na boa-fé do Sr. Presidente na procura de resolução dos problemas da Freguesia de Vila Chã, mas o que queria dizer foi que não teve sucesso até àquele momento na sua resolução. -----

Disse também ter conhecimento do que o que solicitou, muitas outras Freguesias já o receberam. Poderia o Sr. Presidente contrapor dizendo que seria mais urgente, mas o certo é que não se concretizou o seu pedido. -----

Disse de seguida que não tinha colocado nenhuma questão ao Sr. Deputado que o interpelou diretamente, mas que tinha colocado a questão ao Sr. Presidente da Câmara, a quem reconhece capacidades para lhe responder. Mas, para finalizar afirmou que ninguém é dono de nada, mas disse existir uma ética, uma colaboração a respeitar entre instituições e entre entidades, sobretudo na articulação de obras a realizar nas freguesias. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu por encerrado o período de antes da ordem do dia. -----

Introduziu o primeiro ponto da ordem do dia: “Exposição do Senhor Presidente da Câmara”. -----

Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Disse julgar não haver necessidade de dar grandes explicações sobre aquele ponto, visto ser uma comunicação habitual nas assembleias municipais e tratar-se da atividade desenvolvida pelo Município durante o trimestre e que seguiu informação para os Srs. Deputados, colocando-se à disposição dos Srs. Deputados para esclarecimento de questões. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Cláudio Vilela, Luís Lameiras, Glória Veiga, Toni Afonso, Márcio Ribeiro e António Fernandes. Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): -----

Começou por lembrar ao Sr. Presidente que deveria perguntar ao Público presente se queria intervir no final do período de antes da ordem do dia. -----

Sobre a exposição do Sr. Presidente de Câmara disse ter notado a inclusão de duas rúbricas novas, uma das quais, na página nove, sobre os processos judiciais em curso nas quais o Município de Alijó seria parte na qualidade de autor. Este processo referia-se ao caso do acidente do Sr. Ex-Presidente de Câmara, sendo a data de instauração do processo do dia 19/10/2017, segundo julga saber, o último dia de gestão corrente do anterior Executivo. Perguntou qual era o objeto daquela ação, o que se visava com aquela ação e porque foi a Câmara Municipal a submeter aquela ação? -----

Continuou, dizendo que na página 10, sobre os processos de contra ordenação, composto por cinco páginas sobre processos, alguns já concretizados, pediu um esclarecimento sobre aqueles processos, uma vez que é a primeira vez que fazem parte daquele documento. -----

Finalmente, questionou o porquê da licença provisória de espetáculos do Teatro Auditório, referindo que a data de registo é de 2017, mas que a licença tem data de atribuição de 2016. Pediu para ser esclarecido sobre a discrepância de datas. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Constatou que em São Mamede de Ribatua, na parte final da estrada que liga a Safres, existiam várias casa e várias famílias que não possuíam saneamento, pelo que deixou a sugestão ao Executivo para resolver aquela questão, até porque, segundo informações que recolheu, aqueles Municípes além de pagar o despejo das suas fossas também pagavam a taxa de saneamento. --

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.^a Deputada Glória Veiga. -----

DEPUTADA GLÓRIA VEIGA (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Realçou, além das outras atividades anteriormente referidas, o projeto de criação da rota dos miradouros, que, na sua opinião, poderia ser uma mais-valia e criação de riqueza para o Concelho.

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Toni Afonso. -----

DEPUTADO TONI AFONSO (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Deu os parabéns ao Executivo e agradeceu o início de obras que estavam a ser desenvolvidas em Perafita, obras há muito aguardadas. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Realçou a minuciosidade do documento apresentado e a transparência da atividade da administração autárquica. -----

Sobre as questões judiciais e das ações em curso no Município, venceu que este tipo de informação só começou a ser referido na exposição do Sr. Presidente da Câmara no anterior mandato, continuado no atual mandato. -----

Referindo-se à página nove, já aludida, nos processos judiciais em que a Câmara é parte na qualidade de autor, seria a primeira vez que aconteceria, porque anteriormente o Município aparecia sempre na qualidade de réu. -----

Disse que pela leitura da súmula, facilmente seria compreensível que o Município acionou uma ação contra uma companhia de seguros, por causa de um acidente rodoviário em que esteve envolvido o anterior Presidente da Câmara. Sobre a data de instauração da ação disse tratar-se da data da distribuição judicial do processo, tendo toda a tramitação anterior ter ocorrido em data prévia ao ato eleitoral. Informou ainda que aquela data não violava em nada a gestão das autarquias locais. -----

Sobre os processos de contra ordenação apareciam pela primeira vez na informação, dizendo compreender que seriam os processos concluídos no período a que se reporta a informação. ----

Sobre a questão da licença provisória do Auditório disse que para que a mesma fosse emitida, foi porque a mesma tinha sido deixada caducar já em abril de 2013. Disse ainda que a conclusão do licenciamento daquele edifício ocorreu apenas na parte final do anterior mandato autárquico, porque existia um processo administrativo que poderia culminar na demolição do próprio edifício, ou de parte do mesmo, que excedessem os índices urbanísticos, e que só fora resolvida pelo anterior Executivo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): -----

Referiu-se à página 26, onde se pode ler sobre vários arranjos diversos no Bairro Social da Chã. Informou que a Freguesia de Vila Chã não tem nenhum bairro social. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Começou por responder ao Sr. Deputado António Fernandes. Reconheceu que se deveria tratar de um lapso, mas como se referia a operações levadas a cabo pela viatura Sol, deveria ter sido uma intervenção levada a cabo por esse operacional naquela Freguesia. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Cláudio Vilela, sobre a licença do Auditório disse deixar à imaginação do Sr. Deputado e para que este tirasse a conclusão que entendesse. Admitiu que a entidade que emitiu a licença o pudesse querer ter feito noutra data, mas não sabia mais sobre esse assunto. -----

Quanto à questão do Sr. Deputado Luís Lameiras sobre a falta de saneamento em parte da estrada que liga São Mamede a Safres informou que já tinham procedido a esse levantamento e que já teria sido incluído numa candidatura ao POSEUR, mas o mesmo não teria sido aprovada, porque contemplava somente municípios com menos de dez mil habitantes. Mas afirmou que assim que fosse possível tentaria resolver o problema com os meios da Câmara. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): -----

Relembrou que faltaram os esclarecimentos por parte do Sr. Presidente sobre a ação colocada pelo Município em tribunal referente ao acidente do Sr. Ex-Presidente de Câmara. Disse não ter conseguido extrair do documento a informação prestada pelo Sr. Dr. Márcio Ribeiro e não percebeu se o Sr. Dr. falou na qualidade de advogado ou de Deputado Municipal. Por tal motivo solicitou um esclarecimento por parte do Sr. Presidente. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Disse não se ter referido ao assunto porque pensou que seria suficiente a explicação do Sr. Dr. Márcio Ribeiro, que teria assessorado o Sr. Presidente da Câmara cessante naquele assunto. --- Disse ainda que o anterior Presidente da Câmara, como todos sabiam, fora vítima de um acidente de viação, em serviço do Município. Informou ainda que a Seguradora estaria renitente em reconhecer esse acidente como tendo sido em serviço do Município. Por tal motivo, disse que deveria ser o Município a defender o anterior Presidente de Câmara já que o acidente ocorreu em período de serviço. -----

Sobre se o Executivo cessante estar em gestão disse julgar que isso em nada interferiria nesse processo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Esclareceu que a sua intervenção tinha sido na qualidade de Deputado Municipal, mas disse não seccionar aquilo que sabia a título particular, ou a título pessoal ou a título profissional, tendo prestado informação sobre a documentação que consta no ponto um e afirmou não ter tido participação na elaboração daquele documento. -----

PRESIDENTE DA MESA: Solicitou que os Grupos Municipais indicassem os líderes de bancada e respetivos substitutos. Pela coligação "Afirmar a nossa Terra" foram indicados como líder o Sr. Deputado Márcio Ribeiro e como Suplente o Sr. Deputado Rui Lopes. Pelo Partido Socialista foi indicado como líder da bancada o Sr. Deputado Cláudio Vilela e o suplente seria indicado à posteriori. Por parte do Bloco de Esquerda o líder da bancada será o Sr. Deputado António Pereira e o suplente o Sr. Deputado António Rocha. -----

Introduziu o segundo ponto da ordem do dia: "*Constituição de um grupo de trabalho para elaborar o projeto de regimento da Assembleia Municipal*". -----

A Mesa propôs que os Grupos Municipais indicassem um Deputado por grupo, para que conjuntamente com os Membros da Mesa pudessem trabalhar o Regimento Municipal. Por parte da coligação "Afirmar nossa Terra" foi nomeado o Sr. Deputado Rui Lopes. Por parte do Grupo parlamentar do PS foi nomeado o Sr. Deputado Luís Lameiras. Por parte do Grupo parlamentar do B.E. foi designado o Sr. Deputado António Pereira. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

O Sr. Presidente da Mesa informou que iria marcar reuniões de trabalho de modo a que na Assembleia Municipal de fevereiro pudesse ser proposta a aprovação do regimento. -----
Introduziu o terceiro ponto da ordem de trabalho: “*Nomeação de quatro elementos para integrarem a Comissão alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens*”. -----
Disse que com a eleição da nova composição da Assembleia Municipal tinham terminado os mandatos dos anteriores representantes na Comissão alargada da CPCJ. Solicitou aos Grupos Municipais a apresentação de listas para elegerem os quatro representantes da Assembleia Municipal. -----

Sugeriu ainda, caso não houvesse oposição, com carácter permanente, a designação das listas. Propôs que a lista A seja a coligação “Afirmar a nossa Terra”, a lista B o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda seria sempre a lista C. Não havendo oposição a esta sugestão solicitou a apresentação das listas. Pela coligação “Afirmar a nossa Terra” foram apresentados os seguintes nomes: Filipe Pinto, Eliana Cardoso, Alexandre Alves e Glória Veiga. -----
Perguntou à Bancada do Partido Socialista se apresentariam lista. Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): ***

Solicitou a palavra para dizer que no passado a representação na CPCJ fora sempre uma representação pluripartidária. Disse que o PS nunca quis partidizar a CPCJ por se tratar de uma questão muito pertinente da sociedade. Nesse sentido tinham feito uma proposta à coligação “Afirmar a nossa Terra” para que os quatro lugares fossem divididos equitativamente. Porém, esse acordo não foi possível porque a coligação não o quis realizar. Relembrou que no mandato anterior existiam dois representantes do PS e dois representantes do Movimento MAIS. Por tal motivo e sabendo que não seria viabilizada, apresentaram uma lista alternativa composta pelos nomes dos Srs. Deputados Pedro Espírito Santo, Evaristo Hipólito, Estela Teixeira e Alípio Alves. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Rocha -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (B.E.): -----

Disse lamentar que não pudesse haver representatividade, pois no seu caso, como representante de uma IPSS, também seria importante o seu contributo. Mas como já estava tudo resolvido não tinha mais nada a acrescentar. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Pereira. -----

DEPUTADO ANTÓNIO PEREIRA (B.E.): -----

Cumprimentou os presentes e disse que sendo a Assembleia Municipal o órgão máximo da representatividade do Concelho, relativamente à questão da representatividade na CPCJ era prejudicial para um grupo parlamentar como o do Bloco de Esquerda que dispõe de três minutos para comunicar as suas ideias e que seriam bastantes. Por tal motivo propôs que a Assembleia fosse dotada de mais comissões onde fosse possível discutir os problemas do Concelho. -----
Assim, propôs que se formasse um grupo de trabalho que pudesse tratar as questões do turismo e do património, pois trata-se de setores considerados fundamentais pelo Bloco de Esquerda, para o desenvolvimento do Concelho. Nesse sentido faria sentido um grupo de trabalho com representatividade de todos os grupos parlamentares para que os assuntos pudessem ser discutidos de forma democrática e com contributo de ideias. -----

PRESIDENTE DA MESA: Disse já terem falado nisso e que tentariam agendar essa questão na reunião de fevereiro. -----

Procedeu-se à votação das listas tendo a lista A obtido 18 votos, a lista B 14 votos e dois votos em branco. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Francisco Amorim, assistente do Público. -----

SR. FRANCISCO AMORIM: -----

Solicitou a palavra para falar sobre o Ecomuseu de Santa Eugénia. Fazendo um exercício de memória, falou sobre a sessão de esclarecimento realizada pela coligação PSD-CDS.PP em Santa Eugénia, onde o atual Presidente da Câmara prestou um cabal esclarecimento sobre as contribuições que a Câmara teria realizado para o pagamento daquela obra. Relembrou que faltaria um remanescente de execução de 20%. -----

Referiu que nessa sessão foi prometido pelo então candidato e atual Presidente da Câmara, a conclusão do ecomuseu de Santa Eugénia. Disse ainda que a sua intervenção se prendia com o assegurar que na votação do documento do Orçamento Municipal estivesse contemplada a participação da Câmara para a conclusão da obra. -----

Relembrou ser uma obra de interesse turístico e cultural para o Concelho e convidou as Vereadoras dos Pelouros do Turismo e da Cultural para visitarem o Ecomuseu e para articularem com a Sr.^a Presidente de Junta. -----

Disse ainda que a Câmara Municipal procedeu à iluminação do lado poente do Monte de Santa Bárbara, pelo que a freguesia agradece, mas, ainda na já referida sessão de esclarecimento o Sr. Presidente da Câmara disse que seria completada a restante iluminação, pelo que solicitou que a iluminação estivesse já instalada por altura das festas de Santa Bárbara, único dia em que efetivamente o monte de Santa Bárbara é utilizado. -----

Terminou desejando a todos a continuação de boas festas e um bom ano novo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Agradeceu a intervenção do Sr. Francisco Guedes e confirmou a intenção em auxiliar a Junta de Freguesia em concluir aqueles dois investimentos. Disse ainda que iriam, a partir de janeiro, ter em atenção essas situações no protocolos a realizar com a Freguesia. -----

Voltou a afirmar que a partir de janeiro iriam trabalhar com todas as Juntas de Freguesia, e todas as associações do Concelho, no sentido de definir o tipo de investimento, o tipo de competências a delegar nas Juntas de Freguesia e o tipo de meios financeiro a alocar nessas competências. --

Reconheceu ainda que o ecomuseu era um equipamento importante, que poderia ser ligado em rede a outros equipamentos existentes no Município. -----

Sobre a iluminação que faltaria implementar no monte de Santa Bárbara disse que ia estudar o problema, já que a primeira parte que foi implantada foi o investimento possível na altura. Esse seria um tema para discutir com a atual Junta de Freguesia. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduziu o ponto quatro da ordem do dia: "*Eleição de até 5 representantes e suplentes, de entre os Presidentes de Junta, para integrarem a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios*". Solicitou aos representantes das Bancadas a apresentação de listas para serem colocadas a votação. Deu a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Disse que iria aproveitar a oportunidade para responder ao Sr. Deputado Cláudio Vilela sobre a questão por ele levantada da representatividade democrática nas listas a apresentar. Disse que não se pode reivindicar democracia e representatividade quando se está no poder e não praticar esses princípios e valores quando se é oposição. Ainda sobre o ponto dos representantes para a Comissão da CPCJ relembrou que dos quatro elementos nomeados em 2012 nenhum pertencia à coligação do PSD-CDS.PP. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Apesar disso e demonstrando essa tal abertura democrática e vontade de representatividade disse que no ponto em discussão iriam apresentar uma lista conjunta composta por Membros da Coligação e Membros do Partido Socialista. Não teria Membros do Bloco de Esquerda porque não elegeram nenhum Presidente de Junta para poder integrar essa lista. -----

Apresentou então, como efetivos, o Presidente da União de Freguesias do Pópulo e Ribalonga, o Presidente da Freguesia de Vila Verde, a Presidente da União de Freguesias de Carlão e Amieiro, a Presidente de Junta de Alijó e o Presidente de Junta de Vila Chã. -----

Como suplentes apresentou o Presidente da União de Freguesias de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas, o Presidente de Junta de Favaios, o Presidente de Junta de Pegarinhos, a Presidente de Junta de Sanfins do Douro e o Presidente da União de Freguesias de Castedo e Cotas. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): -----

Relembrou que após as eleições de 2013, o Partido Socialista ficou na oposição e o que reivindicava então era o mesmo que reivindicava agora, havendo representantes de duas bancadas. Havia dois representantes do MAIS e dois representantes do PS. -----

Recuou a 2009, quando o PS estava no poder e com larga maioria, bem como em 2005, lembrou que eram dois representantes do PS e dois representantes do PSD na CPCJ. Por tal motivo foi realizado o apelo à não partidarização daquela comissão. -----

Terminou, dizendo que o PS se congratula com o acordo alcançado no ponto em discussão e apelou para que a Comissão consiga resolver de uma vez por todas do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios que Alijó não possuía. -----

PRESIDENTE DA MESA: Colocou a votação a lista apresentada para a *Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios*, com o método de braço no ar, tendo sido aprovado por unanimidade, com 34 votos. -----

Introduziu o ponto cinco da ordem do dia: *“Eleição de 1 representante e suplente, de entre os Presidentes de Junta, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil”*. Solicitou a apresentação de listas, tendo dado a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Informou que seria novamente apresentada uma lista conjunta entre a Coligação e o Partido Socialista. Como efetivo foi indicada a Presidente de Junta da Freguesia de Alijó e como suplente o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã. -----

PRESIDENTE DA MESA: Não havendo mais inscrições, colocou a votação os nomes apresentados para integrarem a *Comissão Municipal de Proteção Civil*, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade, com 34 votos. -----

Introduziu o ponto seis da ordem do dia: *“Aprovação da 25.ª modificação aos documentos previsionais de 2017 – Revisão”*. Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto em discussão. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Disse tratar-se de uma pequena revisão aos documentos previsionais para a inclusão de uma rubrica nova proveniente do Fundo de Apoio Municipal, para o qual o Município de Alijó é obrigado a contribuir anualmente. Tendo o fundo originado dividendos, aquela revisão serviria para o encaixe da receita. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições tendo-se inscrito o Sr. Deputado Cláudio Vilela, a quem deu a palavra. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

17

Informou que a Bancada do Partido Socialista se iria abster naquele ponto. -----

PRESIDENTE DA MESA: Colocou a votação o ponto seis da ordem do dia: “Aprovação da 25.ª modificação aos documentos previsionais de 2017 – Revisão”, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 20 votos a favor das Bancadas da Coligação “Afirmar a nossa Terra” e Bloco de Esquerda e 14 abstenções da Bancada do Partido Socialista. -----

Introduziu o ponto sete da ordem do dia: “Apreciação e aprovação do pacote fiscal para 2018 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Derrama, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Taxa Municipal de Direitos de passagem”. Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Disse tratar-se de uma proposta da Câmara Municipal que visava estabelecer o pacote fiscal para 2018, para consideração e aprovação da Assembleia Municipal. -----

Disse que a coligação “Afirmar a nossa Terra” se tinha comprometido em campanha eleitoral em reduzir substancialmente o Imposto Municipal sobre Imóveis e depois de aprovada em Câmara Municipal estava em votação na Assembleia e que previa a redução substancial do IMI, de 0.45% para 0.40%. -----

Propuseram ainda um benefício em termos de IMI, um IMI familiar, que prevê abatimentos fixos, segundo o número de elementos do agregado. Até um dependente o abatimento seria de 20€ por agregado, com dois dependentes 40€ e com três ou mais dependentes 70€. -----

Disse ainda que estas duas mexidas no IMI significaria uma perda de receita anual, para o Município, de 142 mil euros. -----

Informou que decidiram não mexer na taxa de IRS, nos 5%, para não beneficiarem quem mais ganhava e quem mais descontava. Disse ainda que quem auferia o ordenado mínimo e as famílias com poucos recursos financeiros já não pagavam IRS. Por tal motivo disse achar que se se mexesse naquela taxa seria injusto para as famílias de poucos recursos. -----

Quanto à derrama disse que naquele ano não sofreria alterações, continuaria no 1.5%. Informou contudo que iriam avançar com um estudo cuja finalidade seria de saber quem paga, quanto paga no Município de Alijó, de modo a não realizarem alterações que beneficiem as grandes empresas que nem sequer sejam do Município. -----

No que se refere ao Imposto sobre Transações Onerosas informou que não se podem realizar alterações, pois aquela taxa não era fixada pelo Município. Disse que seria bom que o Município arrecadasse muitos rendimentos naquela área, pois seria sinal de dinamismo imobiliário. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Cláudio Vilela, António Rocha, Samuel Cunha, Nuno Jorge, Luís Lameiras, António Fernandes e Márcio Ribeiro. Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): -----

Disse que também iriam ser consonantes com o programa eleitoral que o Partido Socialista apresentou nas últimas eleições autárquicas, que também previa a redução do IMI, mas com a salvaguarda da utilização da redução desse imposto para as obras de reabilitação urbana e também da discriminação positiva das famílias numerosas. -----

Sobre a requalificação urbana disse ainda que consideravam fundamental e que deveria existir um benefício fiscal. Como já tinha sido referido no período de antes da ordem do dia seria necessário requalificar os centros das vilas e aldeias do Concelho, para o que se tornaria necessário uma discriminação positiva para reconstrução. Disse que se poderia ir um pouco mais além neste ponto. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Defendeu ainda que se poderia aproveitar o pacote fiscal das Áreas de Intervenção Urbana e isentar ou reduzir o IMI para as áreas específicas, quer em Alijó, quer no Pinhão, mas que naquele caso não tiveram seguimento por parte do Executivo. -----

Terminou dizendo que a Bancada do PS iria votar favoravelmente. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Rocha. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (B.E.): -----

Considerou ser uma boa medida a redução do IMI. Questionou, dizendo que era sabido que muita gente não pagava os valores contemplados na tabela apresentada para famílias numerosas, o que significaria o mesmo que ter uma taxa zero, só quem atingisse valores superiores iriam pagar o remanescente? -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Samuel Cunha. -----

DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes, fez votos para a continuação de boas festas e desejou um bom mandato para todos os presentes. -----

Disse que no final do mandato anterior, reforçou a ideia de que quem teria legitimidade para reduzir impostos municipais seria o PSD, pois foi largamente criticado por ter pago antecipadamente o PAEL que limitava fortemente a solução que o Executivo quisesse sugerir. Assim sendo, o que estava ali em votação era um esforço dos anteriores quatro anos e que deveria ser reforçado e parabenizado, pois, apesar de no programa do PS terem previsto aquela redução de impostos, sendo contra o pagamento antecipado do PAEL não o poderiam fazer. -----

Disse também compreender que possivelmente o Executivo ainda não teria conseguido reduzir os impostos como pretendia, mas reforçou a ideia da elevada dívida ainda existente para ser liquidada. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Nuno Jorge. -----

DEPUTADO NUNO JORGE (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes, fazendo votos de continuação de boas festas e desejou um bom mandato a todos os eleitos. -----

Agradeceu ao anterior e presente Executivos pelo trabalho desenvolvido para que esta redução de impostos se possa refletir nas famílias que vivem no Concelho, pois tinha conhecimento que na sua Freguesia algumas pessoas tinham baixos rendimentos e teriam dificuldade em liquidar o IMI. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): -----

Referiu-se às declarações do Sr. Deputado Samuel Cunha dizendo que não era verdade que a Bancada do PS não apresentava ideias e que só fazia críticas. Disse que ele próprio teria sugerido algumas ideias construtivas e que ira continuar a fazê-lo. -----

Disse que a política era precisamente para propor às populações ideias e esta era uma proposta também apresentada pelo Partido Socialista, tendo em vista a melhoria de condições das populações do Concelho. Por isso congratulou-se com a possível redução de impostos. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): -----

Congratulou-se com aquela medida da redução do IMI e estava certo que a medida seria bem recebida pelos Municípes. Disse ainda que achava bem que a medida previsse uma maior discriminação para as famílias numerosas. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Quanto aos direitos de passagem disse que talvez fosse possível ir mais além, pois esses direitos são pagos por empresas que não investem no Município. Por tal motivo considerava que deveria ser aplicada a taxa máxima. -----

Sobre as ARU's, disse ter verificado que no documento defendiam a regeneração e requalificação das zonas urbanas através da redução da taxa. Considera isso insuficiente, defendendo uma política de incentivos de modo a transformar as zonas urbanas de Alijó e Pinhão mais atrativas também para os turistas. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Disse que aquele pacote fiscal mantinha os impostos à exceção de dois, do IMI, com uma redução de 0,45 para 0,40% e do chamado IMI familiar que preveria benefícios para famílias mais numerosas, que curiosamente era um benefício fiscal concedido em sede de IRS, pois tratar-se-ia de deduções fixas sobre um imposto a pagar. -----

Disse ainda que esta redução de impostos era necessária porque os mesmo tinham sido colocados no máximo. Disse também que essa redução só se tornaria possível graças ao trabalho desenvolvido pelo anterior Executivo e que estaria a ser continuado no presente mandato, pois em vez de procurar fazer obra, com eventuais prejuízos eleitorais, para agora poder apresentar algumas diminuições de impostos. -----

Continuou dizendo que provavelmente o pacote poderia ser mais ousado, mas como também já tinha sido dito, o Município ainda encararia algumas dificuldades e os compromissos assumidos seriam para um mandato e não para um ano, esperando que ao longo do mandato seja possível manter aquelas descidas de impostos. -----

Sobre a reabilitação urbana disse haver quatro impostos que poderiam incidir naquela área, o IRC, o IRS, o IMI e o IMT. Apenas dois seriam da competência do Município e da Assembleia Municipal. Neste momento disse que o Município não mexeu nesses impostos, mas referiu que em sede de IRS e IRC existem benefícios fiscais para a reabilitação urbana. -----

Disse esperar por um debate sobre o próximo pacote fiscal onde possam ser incluídas medidas no âmbito da reabilitação urbana, pois acreditava que no atual momento não teriam aplicabilidade. Informou também que as receitas dos impostos municipais não poderiam ser aplicadas na reabilitação urbana por impedimento da Lei no que refere a não consignação de receita. -----

Relembrou que a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem já se encontrava no máximo previsto na lei. -----

PRESIDENTE DA MESA: Colocou a votação o ponto sete da ordem do dia: "*Apreciação e aprovação do pacote fiscal para 2018 – Imposto municipal sobre Imóveis (IMI), Derrama, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Taxa Municipal de Direitos de passagem*", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com 33 votos. -----

Introduziu o ponto oito da ordem do dia: "*Aprovação da gratuidade dos transportes escolares para estudantes do ensino secundário regular*". Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para realizar o enquadramento deste ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Disse refletir mais um compromisso eleitoral assumido pela coligação, designadamente com os encarregados de educação com alunos no ensino secundário, de que isentariam o pagamento naquele nível de ensino regular. Disse ainda que até ao nono ano já eram gratuitos e no ensino secundário já eram comparticipados a 50% pelo orçamento municipal. A proposta atual visava a isenção a 100% dos transportes escolares do ensino regular até ao 12.º ano. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Continuou dizendo que o seu Executivo quer dar passos curtos, mas seguros, no que se refere a cortes de receitas municipais, pois há pouco tempo tinham saído do excesso de endividamento e os processos em contencioso ainda somavam quase cinco milhões de euros, pelo que se tinham de precaver contra a eventualidade de o Município ter de pagar essa verba. -----

Esta medida significaria a perda de receita para o Município de cerca de 22 mil euros. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período para intervenções, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Luís Lameiras, António Rocha, Cláudio Vilela e Márcio Ribeiro. Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): -----

Disse que em relação àquela matéria o Partido Socialista seria inteiramente favorável, mas que aquela medida já fazia parte do Regulamento da Ação Social de 2012 e citou: "Têm direito a transporte escolar gratuito, durante o ano letivo, os alunos do ensino básico e secundário que frequentem o estabelecimento de ensino do Concelho de Alijó que se encontrem no cumprimento da escolaridade obrigatória". Referiu que o Partido Socialista seria inteiramente favorável naquele ponto. -----

Relembrou ainda que numa das reuniões de Câmara do anterior mandato, teria sido feita pela oposição, uma proposta naquele sentido, tendo em vista a gratuidade dos transportes desde o início do ano letivo, mas que tinha sido chumbada pelo atual Presidente, na altura Vice-presidente e pelo ex-Presidente. Nessa altura foi chumbado, mas logo em seguida, na campanha eleitoral, esta medida fazia parte do programa eleitoral, o que tornaria desnecessária aquela situação e que teria mais sentido se aplicada logo no início do ano letivo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Rocha. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (B.E.): -----

Disse concordar com aquela proposta e, como o Sr. Presidente da Câmara se tinha referido à dívida, questionou-o sobre as dívidas das Freguesias e o que pretendia fazer para as resolver? --

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): -----

Disse que o Partido Socialista iria votar favoravelmente aquela proposta porque também fazia parte do programa eleitoral do seu partido e afirmou que teria sido possível e exequível iniciá-la no início do ano letivo, atendendo que os dois candidatos estavam de acordo, poderia ter sido feita uma alteração ao orçamento que contemplasse aquele valor. -----

PRESIDENTE DA MESA: -----

Disse que seria possível mas que teria de haver uma alteração ao orçamento de 2017. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): -----

Poderia ter sido feito e as famílias já teriam aumentado um pouco o seu rendimento no final do ano de 2017. Reconheceu tratar-se de uma medida muito positiva para as famílias, à semelhança do que tem vindo a ser realizado pelo Governo de Portugal que tem procurado criar medidas para o aumento do rendimento familiar. Por esse motivo iriam votar favoravelmente. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Disse que o regulamento da Ação Social Escolar de 2012 e já anteriormente referido, não terá sido publicado em Diário da República por conseguinte não estaria em vigor. -----

Continuou dizendo que, mesmo que o regulamento estivesse em vigor, o artigo XIII desse regulamento, que já tinha sido lido naquela reunião, previa a gratuidade dos transportes para os alunos a frequentar a escolaridade obrigatória, que à época era até ao final do terceiro ciclo, ou seja, o nono ano de escolaridade. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Quanto ao não ter entrado em vigor no início do ano letivo, disse que esta medida não estava prevista nos documentos previsionais de 2017 e, por outro lado, quando a questão foi referida em reunião de câmara, estava-se em campanha eleitoral, fazendo sentido que o Executivo que viesse a tomar posse após as eleições de outubro deveria ter a liberdade de decidir o que entendesse. Rematou este assunto dizendo que achava que o Executivo anterior não deveria condicionar o Executivo que se seguiria numa arrecadação de receita. -----

Por tais motivos disse que a medida vinha muito a tempo e que seria uma medida benéfica e que poderia travar a saída de alguns alunos do Concelho de Alijó para concelhos limítrofes, não deixando de vir para Alijó por causa dos custos com o passe escolar que, pela primeira vez na história do Município é totalmente gratuito em todos os graus de ensino até ao final do Secundário. Concluiu dizendo que a vinda destes alunos para Alijó poderá animar ainda a própria economia local. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): -----

Congratulou-se com a apresentação desta medida porque se fez justiça, visto que um aluno dos arredores de Alijó poderia pagar 15€, mas um aluno de Souto de Escarção pagava 47€. Por tal motivo esta medida peca por tardia, disse, corroborando o que fora dito pelos Srs. Deputados Cláudio Vilela e Luís Lameiras. -----

Terminou dizendo que este gesto faria muito pela coesão social e territorial do Concelho. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Fez uma pequena correção às declarações do Sr. Deputado Luís Lameiras, quando referiu que tinha chumbado em reunião de Câmara aquela proposta no anterior mandato, seria falso porque nunca tinha ido a reunião de Câmara aquela proposta. Terá havido uma proposta da Sr.ª Vereadora da Educação de então ao Sr. Presidente da Câmara do anterior Executivo, mas este não a levou a reunião de Câmara. -----

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado António Rocha sobre as dívidas das Freguesias, disse que responderia nos pontos seguintes. -----

PRESIDENTE DA MESA: Colocou a votação o ponto oito da ordem do dia: "*Aprovação da gratuidade dos transportes escolares para estudantes do ensino secundário regular*", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com 34 votos. -----

Fez um intervalo de 10m nos trabalhos. -----

Retomou os trabalhos com nova chamada. -----

Verificando que estavam os 34 Deputados presentes, introduziu o ponto nove da ordem do dia: "*Autorização genérica prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais*", dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Disse tratar-se de uma proposta da Câmara Municipal para obter autorização prévia da Assembleia Municipal, sempre que o Executivo da Câmara pretenda desencadear um procedimento relativo a despesa que dê lugar a um encargo orçamental que se prolongue por mais de um ano económico ou cuja realização não se enquadre no ano da sua realização, bem como para despesas de valor superior a 99,759.58€. -----

Recordou que o Decreto-lei previa para aquele tipo de despesas e naquelas condições se deverá obter autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições. Não havendo inscrições, colocou o ponto nove da ordem do dia "*Autorização genérica prévia favorável à assunção de compromissos*". -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017.12.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

plurianuais" a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 14 abstenções da Bancada do Partido Socialista e 20 votos a favor da Bancada da coligação "Afirmar a nossa Terra" e do Bloco de Esquerda. -----

Introduziu o ponto dez da ordem do dia: "Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos) para o exercício económico de 2018". Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Começou por dizer que os Documentos Previsionais, ali apresentados, resultavam dos compromissos eleitorais por eles assumidos, positiva e maioritariamente aprovados pelos municípios para o quadriénio 2017/2021, que tinham sido elaborados tendo em conta os princípios do rigor na gestão, transparência e equilíbrio na ação, apontando para a estratégia que a seguir apresentaria: -----

Conter a despesa de forma a garantir uma boa saúde das finanças municipais; -----

Dar continuidade aos projetos municipais já aprovados ou em fase de execução; -----

Propor e realizar os projetos estruturantes para o Município apresentados às eleições autárquicas de 1 de outubro de 2017, bem como os compromissos assumidos com as Freguesias, nomeadamente o compromisso assumido de dotar as mesmas de recursos humanos que contribuam para a prossecução de uma estratégia de desenvolvimento em parceria entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia; -----

Fomentar um bom relacionamento com todas as Juntas de Freguesia promovendo políticas de aproximação e complementaridade traduzidas em Contratos de Execução e/ou Protocolos; -----

Promover a eficiência no uso dos recursos disponíveis, trate-se de recursos materiais ou humanos, garantindo as condições para que haja equidade na distribuição dos custos e benefícios entre gerações; -----

Melhorar a qualidade da prestação de serviços às pessoas, seja em contexto interno ou externo, implementando normas de conduta dos recursos humanos da Autarquia bem definidas sem com isso por em causa os direitos dos trabalhadores municipais; -----

Manter as infraestruturas básicas existentes que estão em boas condições de operacionalidade, não descurando a sua manutenção, e requalificar aquelas que já apresentariam sinais de fadiga tão evidentes que não sirvam os fins para que foram implementadas. Agiriam assim no fornecimento de águas às populações vigiando, naquele ano, por causa dos incêndios ocorridos no verão passado, com particular atenção a sua qualidade; no serviço de saneamento básico; na recolha de lixo que pretendem seja cada vez mais seletiva; na resolução do grave problema que ainda subsistiriam no concelho no que dizia respeito às "emergências ambientais" e, gradualmente seguindo um calendário de prioridades, iriam, no espaço temporal de um mandato, requalificar as estradas municipais e caminhos vicinais, aqueles em parceria com as Juntas de Freguesia; -----

Apresentar candidaturas aos programas de financiamento nacionais e comunitários enquadrando, nas diferentes linhas de financiamento, os projetos que já estariam em carteira e fomentando outros que se adequem à estratégia de desenvolvimento que traçaram para o Município; -----

Incrementar a afirmação regional e nacional do Concelho de Alijó participando, ativamente e com voz própria, nas organizações que o Município integra, bem como junto das Autoridades Nacionais, nomeadamente os diferentes Ministérios, de modo a defender intransigentemente os interesses do Município; -----

Apoiar, tanto quanto lhes for possível e a lei lhes permitir, os projetos promovidos por cidadãos e empresas da sociedade civil que promovam a fixação de jovens neste Concelho. Acreditam no potencial do território do Município de Alijó e, de igual modo, acreditam no potencial das pessoas,

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

pelo que, em 2018, iriam dar especial atenção às iniciativas empresariais emergentes e apoiá-las pondo ao seu serviço todos os instrumentos que a lei possibilita; -----

Concretizar ações objetivas que visem melhorar a qualidade de vida dos munícipes, nomeadamente apoiar as famílias através da redução do Imposto sobre Imóveis (IMI), cumprindo, rigorosamente, o compromisso eleitoral que assumiram com o Município em 1 de outubro passado; -----

Implementar um Programa Cultural Municipal diversificado, dirigido a todos os públicos, que, paulatinamente, venha a assumir-se como fator de atratividade; -----

Apoiar, de forma decidida mas dialogante, a educação nos vários níveis de ensino e envolvendo neste processo toda a Comunidade Educativa; -----

Implementar políticas integradas de apoio aos mais carenciados em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e os Organismos da Administração Regional e Central com responsabilidade na Ação Social. -----

Passou de seguida à análise do Orçamento para o ano de 2018 ali apresentado para votação. --

Disse que o Orçamento apresentava as linhas estratégicas do seu projeto em prol do desenvolvimento económico e social, pretendendo criar riqueza e bem-estar para o concelho. ----

O Orçamento da Câmara Municipal, assentava em critérios de rigor orçamental, tinha em linha de conta as necessidades mais prementes da população, mas não podia, porque os recursos são escassos e esgotáveis, chegar a todos e de uma só vez. -----

Teriam de ficar desde logo conscientes, que fariam certamente o seu melhor pelo desenvolvimento do Concelho, e que todos poderiam contar, não só com o Presidente da Câmara, mas com todo o Executivo Camarário, para ir ao encontro daquilo que mais preocupa os Alijoenses. -----

Da leitura que certamente teriam feito aos documentos previsionais, verificaram trata-se de um orçamento contido, cifrando-se no montante de 11.877,790 euros. Seria com aquele recurso, que pretendiam levar avante a sua estratégia para o Concelho, e do pouco tentar fazer o máximo que lhes for possível. -----

Disse ser um orçamento equilibrado, no qual estava previsto um «superavit corrente» de 2.168.527 euros. Seria com aquela poupança que pretendiam realizar despesas de investimento, porque a poupança sempre esteve e estaria na forma como geririam os recursos públicos que lhes foram confiados. -----

Ao nível das receitas correntes disse que a previsão apontava para uma arrecadação de cerca de doze milhões de euros, distribuídos pelos diversos capítulos da receita previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. -----

Seria no capítulo das transferências correntes que se previa a maior arrecadação da receita. Estava ali contemplado o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Fundo Social Municipal e a participação variável no IRS. Verbas, essas, que proviriam do Orçamento do Estado. -----

Relembrou que o Município de Alijó, à semelhança de muitos outros municípios, sobretudo os do interior, depende das transferências do Orçamento do Estado. -----

Entendeu-se colocar nesta previsão as verbas previstas no orçamento do Estado de 2017, atendendo que o Orçamento do Estado de 2018, aquando da elaboração daquele documento previsionais, ainda não se encontrava aprovado e publicitado. -----

Porém, deixou desde logo a devida nota, o Orçamento do Estado para o ano 2018, em conformidade com o mapa das participações dos municípios nos impostos do Estado que constam da proposta de Lei, destinava mais 105.092 euros ao município de Alijó, face ao montante que lhe foi atribuído no ano 2017. As juntas de Freguesia também teriam, ainda que de forma mais ténue, um ligeiro incremento no seu Fundo de Financiamento. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Nos impostos diretos, que contempla o Imposto Municipal sobre Imóveis, o Imposto Único de Circulação, o Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis e a Derrama, a previsão aponta para uma arrecadação da receita na ordem dos 1.502.000 euros. ----- Seria implementado, e pela primeira vez, a dedução ao IMI para os prédios destinados à habitação própria e permanente, em função do número de dependentes que compõem o seu agregado familiar. Esta medida permitirá que 655 agregados familiares vejam a sua contribuição do IMI ser reduzida logo em 2018. -----

Reduziriam igualmente a taxa de IMI para o ano 2018, dos 0,45% ainda então em vigor, para 0,40%. Disse que o Código do IMI permitia ainda uma taxa mais reduzida (0,3%), mas que primeiro seria necessário consolidar as contas, reduzindo o endividamento para não onerar as gerações vindouras, tudo fariam para reduzir a carga fiscal aos Alijoenses. -----

Mas para poderem executar as obras que os Presidentes de Junta tanto anseiam, precisavam de recursos. -----

No IMT, a previsão estaria sempre condicionada ao número de transações imobiliárias que pudessem ocorrer no Concelho, desejando que fossem muitas, pois seria certamente sinónimo de retoma no setor imobiliário. Neste imposto o município não teria qualquer intervenção, ao contrário do IMI que tem a faculdade de fixar a taxa. -----

A Derrama incide sobre o Lucro Tributário dos sujeitos passivos de IRC; informou que caso fosse estadual a receita reverteria para os cofres do Estado, a municipal constituiria receita dos municípios. -----

O Município de Alijó tem vindo a aplicar uma taxa de Derrama de 1,5%, estimando arrecadar em 2018, cerca de 104 mil euros com aquele imposto. -----

Se comparassem os montantes estimados em 2018 com os previstos no orçamento municipal de 2017, constatariam uma diminuição da carga fiscal em cerca de 200 mil euros. Os impostos, fossem estaduais ou municipais, eram tributos que permitiam às entidades públicas dar cumprimento às suas atribuições e competências, e no caso dos municípios as atribuições eram cada vez mais abrangentes, desde o social, à educação, à cultura, ao abastecimento de água e tratamento de efluentes, à recolha de resíduos sólidos urbanos, à iluminação pública, à promoção dos produtos locais, o Município era chamado a intervir praticamente em todas as áreas. -----

Ao nível dos impostos indiretos a previsão apontava para uma arrecadação de cerca de cinco mil euros. Em 2017 o orçamento previa a verba de 6.425,00 euros. Também aqui a previsão da arrecadação da receita foi revista em baixa. -----

Todos saberiam que uma ilusão na arrecadação da receita estimulava a concretização da despesa, sem que para tal houvesse recursos para a poder acomodar. Como todos certamente seriam conhecedores, o Município de Alijó ainda teria bem presente os saneamentos e os planos de reequilíbrio financeiro que teve de executar no anterior mandato e que tanto sacrificaram os Alijoenses, nomeadamente com a obrigatoriedade da subida dos impostos municipais para o máximo permitido por Lei e não conceder isenções ou benefícios fiscais. -----

Estavam ali a votar um plano de atividades e um orçamento, sem que previamente se tivesse de acolher a autorização do Estado. O direito constitucional da autonomia financeira do poder local estava finalmente reposto. -----

No capítulo das Taxas, Multas e Outras penalidades, a previsão da receita apontava para uma arrecadação de 91 mil euros. O orçamento de 2017 previa 91.572,00 euros. -----

Da renda de concessão a obter da EDP pelo uso do domínio público municipal, a estimativa era de arrecadar 464.120 euros. O Município recebia aquela verba, mas em contrapartida pagava a



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

iluminação pública que cada um de munícipes tem junto à sua porta. O montante estimado com aquela despesa era de cerca de 580 mil euros. -----

No capítulo da venda de bens e serviços correntes, as verbas com maior materialidade seriam a venda de água, a taxa do saneamento e a tarifa de resíduos sólidos. -----

Na venda de água ao domicílio estimavam arrecadar 443 mil euros. Como certamente seriam concededores também o Município adquire água à empresa «Águas do Norte». Estimando-se comprar, para o ano 2018, a verba de 505 mil euros. -----

Na taxa de saneamento estava previsto arrecadar 284 mil euros. Também ali têm de pagar às «Águas do Norte» o tratamento de efluentes nas Etar's. O dispêndio com o saneamento será de 323 mil euros. -----

Na tarifa da recolha de resíduos sólidos, a estimativa apontava para uma arrecadação de 218 mil euros. À semelhança da água e do saneamento, o tratamento dos resíduos sólidos estava a cargo da entidade pública «Resinorte» e a recolha foi adjudicada, através de concurso público, à empresa «Ecoambiente». O gasto com os resíduos sólidos cifrar-se-ia em cerca de 500 mil euros. Feitas as contas, o que estimavam arrecadar seria insuficiente para fazer face aos encargos a incorrer com a compra de água, com o tratamento dos efluentes e com a recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos. -----

No capítulo das rendas e alugueres, preveem um incremento da receita na ordem dos 70 mil euros, por se entender que possa ser possível cobrar montantes que se encontram em mora. -----

Ao nível das receitas de capital, a previsão seria de 1.864.477 euros, representada sobretudo pela vertente do FEF de capital e das candidaturas a fundos comunitários. -----

Como puderam constatar pela leitura ao relatório do orçamento, a realização dos investimentos e a amortização dos empréstimos era superior àquela receita. Graças à poupança corrente puderam canalizar recursos para a realização de investimentos. -----

Feita a explicação dos recursos, passou a dar uma explanação dos gastos previstos no orçamento municipal. Começou pelas despesas de investimento: -----

A aquisição de bens de investimento, conforme discriminação dos projetos no Plano Plurianual de Investimentos seria de 2.755 mil euros, que se acrescer a previsão da amortização dos empréstimos no valor de 909 mil euros, da realização da participação para o Fundo de Apoio Municipal, no valor de cerca de 80 mil euros e as transferências para instituições e Juntas de Freguesia, para a realização de investimentos, no montante de 288 mil euros, totalizaria um montante global de despesas de capital superior a quatro milhões de euros, o equivalente a 34% do total orçado. -----

As despesas de investimento estariam sobretudo agrupadas em 3 funções, sendo na função económica onde se previa o maior investimento, com um montante de 1.807 mil euros; logo seguida pelas funções sociais com o montante de 983.500 euros e nas funções gerais a dotação disponível seria de 378 mil euros. -----

Seria no capítulo das aquisições de bens e serviços correntes, vulgarmente designadas por despesas de funcionamento, que o município consumiria mais recursos do seu orçamento, estando previsto o montante de 3.764 mil euros. Serão ali enquadrados a aquisição de matérias-primas para execução de pequenas reparações e das obras por administração direta, os combustíveis, a aquisição de água, os gastos com a eletricidade, seja ela para edifícios ou para a iluminação pública, a recolha e tratamento dos lixos, o tratamento dos efluentes, os transportes escolares, as análises de água, a realização de certames promovendo os nossos produtos, a nossa gastronomia e o turismo na região, a conservação de bens, os seguros e as demais despesas de funcionamento. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Ao nível das despesas com o pessoal, o orçamento para 2018, apontava uma previsão de 3.186 mil euros. Como certamente todos seriam sabedores, a Câmara precisaria de recursos humanos por forma a realizar todas as suas atribuições e competências. Ao longo dos anos foram saindo pessoas fruto das aposentações, e por estarem presos a uma política orçamental muito restrita, consequência dos planos de saneamento e reequilíbrio financeiro, não fora possível abrir procedimentos concursais para a contratualização de mão-de-obra. Recentemente fora feita uma reestruturação ao quadro de pessoal da autarquia, por forma a ser possível a contratualização de funcionários. Os gastos com o pessoal, previstos no orçamento, já contemplavam aquela possibilidade. -----

Ao nível das chefias, como deviam saber, tinham sido abertos concursos tendentes à contratualização de chefes de divisão, para dotar os serviços de uma melhor funcionalidade e responsabilidade. Cabe àquelas chefias dar a melhor orientação ao pessoal que estava em cada unidade orgânica, zelando pelo interesse público de todos os Alijoenses. -----

Nos encargos com a dívida estava prevista a verba de 145.500 euros; valor significativamente inferior ao previsto no orçamento do ano 2017 que se cifrava em cerca de 297 mil euros; fruto da gestão do anterior executivo camarário, que agilizou a substituição da dívida permitindo assim, reduzir os encargos com os juros, desonerando os futuros orçamentos que o município pudesse vir a elaborar. -----

Dentro das suas possibilidades não deixariam de apoiar as Juntas de Freguesia e as instituições sem fins lucrativos, na persecução das suas atribuições e competências. As Juntas de Freguesia representam o Estado na sua maior proximidade aos cidadãos. Bem sabia como os Srs. Presidentes de Junta gostariam de resolver todos os problemas das suas freguesias, mas como o caminho se faz caminhando, iam com a ajuda de todos, resolvendo aquilo que seria mais premente, não descurando a consolidação e o equilíbrio das finanças públicas, não pondo em causa o princípio da «equidade intergeracional» previsto na Lei das Finanças Locais. -----

Queria ali também dar a devida nota, e por forma a manter a Assembleia Municipal devidamente informada e consciente do impacto financeiro que pudesse ocorrer ao erário municipal, referindo-se aos processos judiciais que incorriam contra o município de Alijó, nos quais estariam a ser reclamados cerca de cinco milhões de euros, ou seja, 40% do valor do orçamento que estavam ali a discutir, e se o Município viesse a perder teria de pagar. -----

Apelou a que todos tenham a consciência do impacto que aqueles processos representavam para os orçamentos que a câmara viessem a aprovar e executar no futuro. -----

Disse que a lista dos processos constava no relatório ao orçamento, sob a epígrafe «Responsabilidades contingentes», onde poderiam constatar que havia 18 processos a aguardar decisão judicial. -----

As Grandes Opções do Plano (GOP's), o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), o Plano de Atividades Municipais (PAM) e os Documentos Previsionais (DP's) para 2018 que ali apresentavam para votação acautelavam, indiscutivelmente, o futuro de todos através de um planeamento rigoroso, responsável mas também criativamente ambicioso. -----

Aquele planeamento era por eles entendido como uma atividade dinâmica, portanto ajustável à realidade, sempre que aquela mude pois, as contingências que não controlam, sejam elas endógenas ou exógenas, poderiam obrigá-los a corrigir a trajetória que traçaram sem, contudo, desvirtuar o projeto que queriam desenvolver com e para o Município. -----

Todos os dias, em todas as ações, iam aprofundar uma relação de proximidade entre a Câmara Municipal e os Municípes promovendo a coesão social como pedra angular da estratégia de desenvolvimento que pretendiam implementar no Município. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

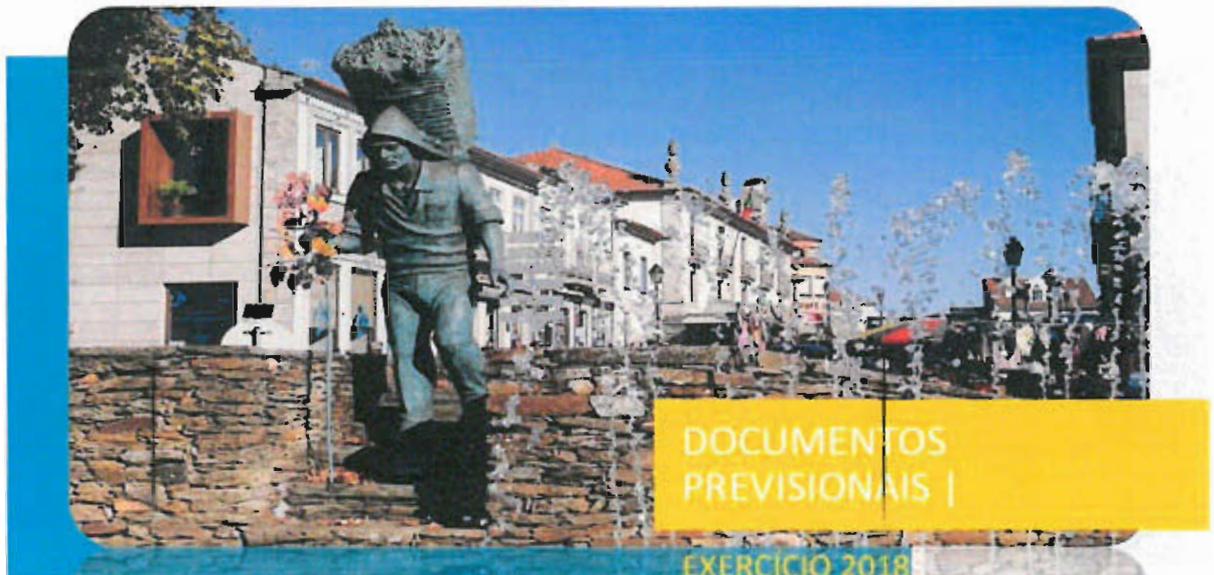
27

As Grandes Opções do Plano (GOP's), designadamente o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM) e os Documentos Previsionais (DP's) para 2018 teriam uma marca distinta que assumiriam: Desenvolver o Concelho de Alijó em termos económicos, culturais e sociais com o envolvimento de todos. -----

Disse esperar que daquela forma sucinta, tenha apresentado os aspetos de maior significado do orçamento para o ano 2018. -----

Solicitou ao Presidente da Mesa que permitisse a apresentação de um powerpoint por parte do Sr. Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu autorização para a apresentação do powerpoint, que a seguir se anexam a esta ata. -----



Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

RESUMO DO ORÇAMENTO

RESUMO DO ORÇAMENTO 2018			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	10 012 713,00	Correntes	7 844 186,00
De capital	1 865 077,00	De capital	4 033 604,00
Total Geral	11 877 790,00	Total Geral	11 877 790,00

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

- De acordo com o preconizado no art.º 40.º sob a epígrafe **Equilíbrio Orçamental** no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, ao que acresce que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente **acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.**



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Receita Corrente \geq [Despesa Corrente + Amortizações Médias de EMLP]

O Município de Alijó elaborou o **OM2018**, em observância a este princípio, uma vez que:

- A receita corrente prevista no **OM2018** é de €10.012.713,00
- A soma da despesa corrente de €7.844.186,00
- As amortizações médias dos empréstimos de MLP apuradas de €970.137,49

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Receita Corrente \geq [Despesa Corrente + Amortizações Médias de EMLP]

- Este equilíbrio corrente deverá ser verificado no momento de elaboração dos documentos previsionais, isto é, em sede de **previsão**, mas também em sede de **execução**.

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

RESUMO DO ORÇAMENTO

RECEITAS	MONTANTE
RECEITAS CORRENTES	
01 IMPOSTOS DIRECTOS — 12,6%	1 502 000,00
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	4 916,00
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES — 0,0%	91 400,00
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE — 4%	475 493,00
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES — 55,8%	6 622 473,00
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES — 10,7%	1 268 231,00
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES — 0,4%	48 200,00
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	10 012 713,00
RECEITAS DE CAPITAL	
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	600,00
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL — 15,7%	1 864 477,00
11 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00
12 PASSIVOS FINANCEIROS	0,00
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	1 865 077,00

84,3%

15,7%

RESUMO DO ORÇAMENTO

DESPESAS	MONTANTE
DESPESAS CORRENTES	
01 DESPESAS COM O PESSOAL — 26,8%	3 186 940,00
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS — 31,7%	3 764 386,00
03 JURIS E OUTROS ENCARGOS — 1,2%	145 500,00
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES — 5,5%	653 260,00
05 SUBSÍDIOS	0,00
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES — 0,8%	94 100,00
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	7 844 186,00
DESPESAS DE CAPITAL	
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL — 23,2%	2 756 145,00
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL — 2,4%	288 700,00
09 ACTIVOS FINANCEIROS — 0,7%	79 759,00
10 PASSIVOS FINANCEIROS — 7,7%	909 000,00
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	4 033 604,00
TOTAL GERAL	11 877 790,00

66%

34%

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

RESUMO DO ORÇAMENTO

- Verifica-se um elevado grau de dependência do Município das transferências externas, nomeadamente por via das transferências vindas da Direção Geral das Autarquias Locais das verbas definidas em Orçamento de Estado.
- A dependência do Município, de verbas vindas do exterior é de 70%.

SALDOS ORÇAMENTAIS

- O Saldo Global, é positivo em cerca de 1 milhão de euros.
- O Saldo Corrente, é positivo em cerca de 2,1 milhões de euros.
- O Saldo de Capital, é negativo em cerca de 1,1 milhões de euros.
- O Saldo Primário, é positivo, superior a 1 milhão de euros.

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-18-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



RECEITA CORRENTE

• IMPOSTOS DIRETOS

IMI
IUC
IMT
DERRAMA



RECEITA CORRENTE

• IMPOSTOS DIRETOS

Capítulo	Grupo	Designação	OM2017	OM2018
01		Impostos Diretos	1 714 174,31	1 502 000,00
01	02	Outros		
01	02	Imposto Municipal sobre Imóveis	1 167 053,44	957 000,00
01	02	Imposto Único de Circulação	189 860,20	186 000,00
01	02	Imposto Municipal sobre Transações de Imóveis	261 265,31	255 000,00
01	02	Derrama	95 995,36	104 000,00



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



RECEITA CORRENTE

• IMPOSTOS DIRETOS

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI

- Taxa de 0,8% a prédios rústicos;
- Reduzir para 0,40% a taxa a aplicar a prédios urbanos;
- Aplicar a dedução fixa, consoante o número de dependentes.



RECEITA CORRENTE

• IMPOSTOS INDIRETOS

Capítulo	Grupo	Designação	OM2017	OM2018
02		Impostos Indiretos	6 425,51	4 916,00
02	02	Outros		
02	02	Mercados e Feiras	0,00	100,00
02	02	Loteamento e Obras	1 217,17	1 394,00
02	02	Ocupação da Via Pública	0,00	139,00
02	02	Publicidade	57,29	118,00
02	02	Taxa Municipal dos Direitos de Passagem	5 037,30	3 034,00
02	02	Taxa de Depósito de Ficha Técnica de Habitação	0,00	100,00
02	02	Outros	113,75	31,00

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

**ORÇAMENTO
DA RECEITA**

RECEITA CORRENTE

TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Capítulo	Grupo	Designação	OM2017	OM2018
04		Taxas, Multas e Outras Penalidades	91 572,72	91 400,00
04	01	Taxas	86 094,56	88 633,00
04	01	Mercados e Feiras	618,54	633,00
04	01	Loteamento e Obras	27 084,68	21 760,00
04	01	Ocupação da Via Pública	827,77	824,00
04	01	Caça - Uso e Porte de Arma	41 714,50	47 743,00
04	01	Taxa de Depósito de Ficha Técnica de Habitação	3 119,59	100,00
04	01	Outros	12 729,48	17 573,00
04	02	Multas e Outras Penalidades	5 478,16	2 767,00
04	02	Juros de Mora	1 054,90	840,00
04	02	Coimas por Contra Ordenações	3 692,95	1 827,00
04	02	Multas e Penalidades diversas	730,31	100,00

**ORÇAMENTO
DA RECEITA**

RECEITA CORRENTE

RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

Capítulo	Designação	OM2017	OM2018
05	Rendimentos de Propriedade	513 097,87	475 493,00
05	Bancos	5 415,47	5 630,00
05	Dividendos FAM	0,00	356,00
05	Terrenos e Centros Electroprodutores	3 367,15	5 387,00
05	Rendas de Concessão	504 315,25	464 120,00



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

**ORÇAMENTO
DA RECEITA**

RECEITA CORRENTE

• TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Classificação	Descrição	OM2017	OM2018
06	Transferências Correntes	6 621 958,80	6 622 473,00
06.03			
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 899 292,00	5 899 292,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	258 276,00	258 276,00
06.03.01.03	Participação Variável no IRS	193 079,00	193 079,00
06.03.01.99.02	DGEST	88 131,96	75 000,00
06.03.01.99.04	Ministério da Administração Interna	6 250,00	500,00
06.03.01.99.99	Outros	0,00	100,00
06.03.06.06	Gabinete Técnico Florestal	33 641,44	13 937,00
06.03.06.11	Norte 2020	0,00	100,00
06.03.06.13	QREN	0,00	100,00
06.03.06.15	PEPAL	0,00	59 719,00
06.03.09	Serviços F.Autónomos - Políticas Ativas de Emprego	119 150,40	107 000,00
06.06.01	Sistema de Solidariedade e Segurança Social	24 138,00	15 370,00

**ORÇAMENTO
DA RECEITA**

RECEITA CORRENTE

• VENDA DE BENS

Classificação	Descrição	OM2017	OM2018
07.01	Venda de Bens	429 124,99	445 071,00
07.01.03	Publicações e Impressos	96,75	71,00
07.01.05	Bens inutilizados	0,00	100,00
07.01.10.01	Sucata	0,00	100,00
07.01.10.99	Outros	0,00	100,00
07.01.11.02	Produtos Acabados e Intermediários (Água)	427 377,86	443 300,00
07.01.11.99	Outros	0,00	100,00
07.01.99	Outros	1 650,38	1 300,00



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



RECEITA CORRENTE

SERVIÇOS

Classificação	Descrição	OM2017	OM2018
07.02	Serviços	591 239,72	621 450,00
07.02.01	Aluguer de Espaços e Equipamentos	1 777,50	100,00
07.02.08.02.99	Serviços Recreativos	20 394,05	18 400,00
07.02.08.03.99	Serviços Culturais	7 079,24	15 680,00
07.02.08.04	Serviços Desportivos	20 575,51	16 700,00
07.02.09.01	Saneamento	268 233,27	284 850,00
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	191 619,27	218 750,00
07.02.09.03.02	Transportes Escolares	29 802,23	5 000,00
07.02.09.03.99	Outros	0,00	100,00
07.02.09.05	Cemitérios	9 015,00	9 882,00
07.02.09.06	Mercados e Feiras	18 116,61	18 543,00
07.02.09.99	Outros	24 627,04	33 445,00



RECEITA CORRENTE

RENDAS E ALUGUERES

Classificação	Descrição	OM2017	OM2018
07.03	Renda e Alugueres	131 346,41	201 710,00
07.03.01	Habitações	122 324,41	181 000,00
07.03.02	Edifícios	9 022,00	20 710,00



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



RECEITA CORRENTE

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Classificação	Descrição	OM2017	OM2018
08.01	Outras Receitas	228 207,28	48 200,00
08.01.99.03	Iva Reembolsado	149 093,24	38 200,00
08.01.99.99	Diversas	79 114,04	10 000,00



RECEITA CORRENTE

RECEITA CORRENTE

RECEITA CORRENTE





ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



RECEITA DE CAPITAL

- VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO
- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Classificação	Descrição	OM2017	OM2018
	Receitas de Capital	773 906,20	1 865 077,00
09	Venda de Bens de Investimento	9 282,22	600,00
09.02	Habitacões	633,33	100,00
09.03	Edifícios	5 143,27	200,00
09.04	Outros Bens	3 505,62	300,00
10	Transferências de capital	764 623,98	1 864 477,00
10.03.01	FEF	655 477,00	655 477,00
10.03.07	Projetos Cofinanciados	109 146,98	959 000,00
10.01	ADRVF	0,00	250 000,00



RECEITA DE CAPITAL

RECEITA DE CAPITAL.

10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL



09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO





ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



DESPESA CORRENTE

• DESPESAS COM PESSOAL

Económica	Designação	OM2017	OM2018
01	Despesas com Pessoal	2 783 200,29	3 186 940,00
01.01	Remunerações Certas e Permanentes	2 140 391,73	2 457 490,00
01.02	Abonos Variáveis e Eventuais	44 501,48	51 800,00
01.03	Segurança Social	598 307,08	677 650,00



DESPESA CORRENTE

• AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Económica	Designação	OM2017	OM2018
02	Aquisição de Bens e Serviços	3 649 550,00	3 764 386,00
02.01	Aquisição de Bens	1 146 550,00	1 292 300,00
02.02	Aquisição de Serviços	2 503 000,00	2 472 086,00

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



DESPESA CORRENTE

• JUROS E OUTROS ENCARGOS

Económica	Designação	OM2017	OM2018
03	Juros e Outros Encargos	297 401,82	145 500,00
03.01	Caixa Geral de Depósitos	201 000,00	2 500,00
03.01	Novo Banco	1 500,00	1 000,00
03.01	Banco Português de Investimento	50,00	1 000,00
03.01	Caixa Agrícola	52 351,82	110 000,00
03.05	Outros Juros	42 000,00	30 000,00
03.06	Outros Encargos Financeiros	500,00	1 000,00



DESPESA CORRENTE

• TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Económica	Designação	OM2017	OM2018
04	Transferências Correntes	571 908,10	653 260,00
04.01	Entidades Privadas	25 000,00	0,00
04.03	Agrupamento	0,00	7 960,00
04.05	Freguesias, Ass. De Municípios	247 500,00	197 300,00
04.07	Instituições sem fins Lucrativos	248 498,82	245 000,00
04.08	Famílias	50 909,28	203 000,00



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



DESPESA CORRENTE

• DESPESAS CORRENTES

Económica	Designação	OM2017	OM2018
06	Outras Despesas Correntes	176 249,18	94 100,00
06.02.01	Impostos e Taxas	0,00	7 000,00
06.02.03	Outras	176 249,18	87 100,00



DESPESA CORRENTE

Despesas Correntes





ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



DESPESA DE CAPITAL

• AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Económica	Designação	OM2017	OM2018
06	Outras Despesas Correntes	176 249,18	94 100,00
06.02.01	Impostos e Taxas	0,00	7 000,00
06.02.03	Outras	176 249,18	87 100,00



DESPESA DE CAPITAL

• TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Económica	Designação	OM2017	OM2018
08	Transferências de Capital	409 582,38	288 700,00
0801	Administração Autárquica	190 386,58	0,00
08.05	Freguesias e Ass. Municipais	174 000,00	243 700,00
08.07	Instituições sem Fins Lucrativos	45 195,80	45 000,00



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



DESPESA DE CAPITAL

• ATIVOS FINANCEIROS

- O único registo previsto neste agrupamento é a contabilização das unidades de participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM), o valor mantém-se inalterado em relação a 2017, tendo sido inserido o valor de €79.759,00 (setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros).



DESPESA DE CAPITAL

• PASSIVOS FINANCEIROS

Económica	Designação	OM2017	OM2018
10	Passivos Financeiros	1 018 831,55	909 000,00
10.06	Empréstimos de MLP		
10.06	Caixa Geral de Depósitos	673 341,44	309 700,00
10.06	Novo Banco	38 500,00	38 300,00
10.06	Banco Português de Investimento	64 000,00	64 000,00
10.06	Caixa Agrícola	242 990,11	497 000,00

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural



DESPESA DE CAPITAL

• PASSIVOS FINANCEIROS

- De salientar que durante o ano de 2017, foi contratualizada uma operação financeira de substituição de dívida, nos termos do art.º 81.º da Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro. Desta operação financeira, resultou além de uma taxa de juro (spread) mais baixa, o prazo de amortização foi alargado e consequentemente o valor a amortizar dilui-se no tempo, baixando assim o valor dos passivos financeiros.



DESPESA DE CAPITAL

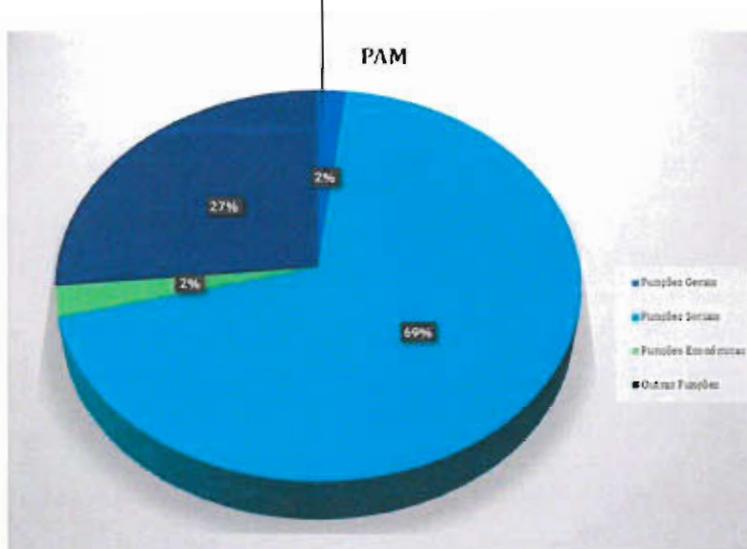
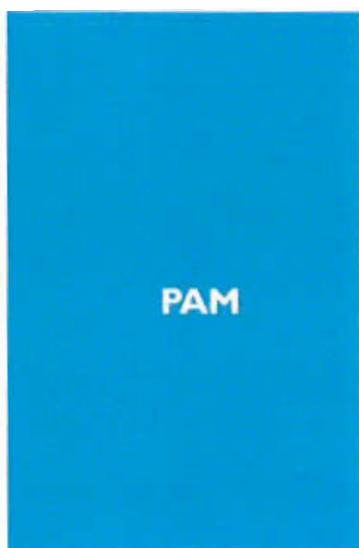
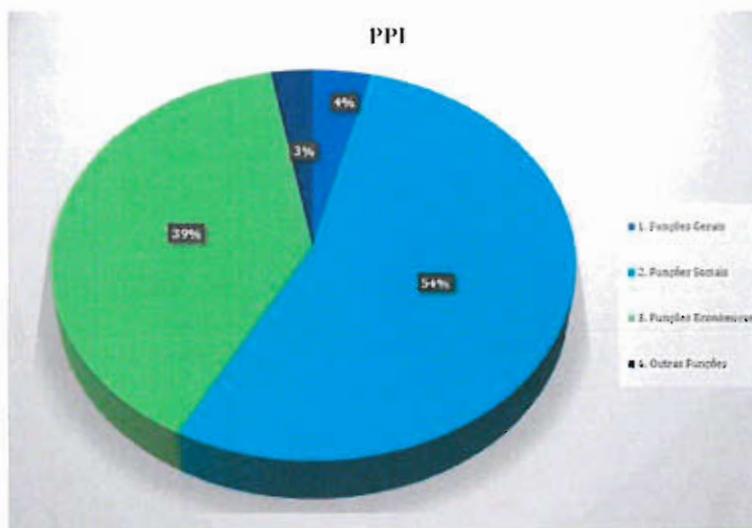
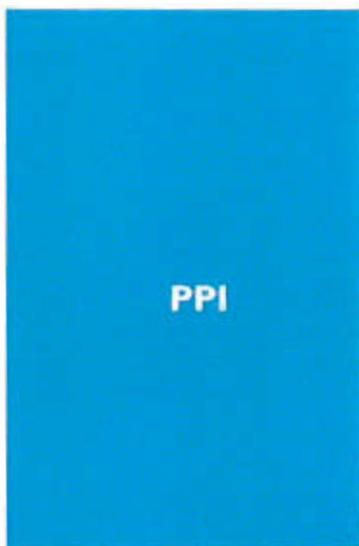
Despesas de Capital





ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural





ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ANEXOS

- Responsabilidades Contingentes
- Mapa das Entidades Participadas
- Encargos Plurianuais assumidos
- Proposta de Quadro Plurianual de Programação Orçamental
- Mapa de Empréstimos
- (Mapa de Pessoal)
- (Normas de Execução do Orçamento)
- Mapa de Transferências para Freguesias

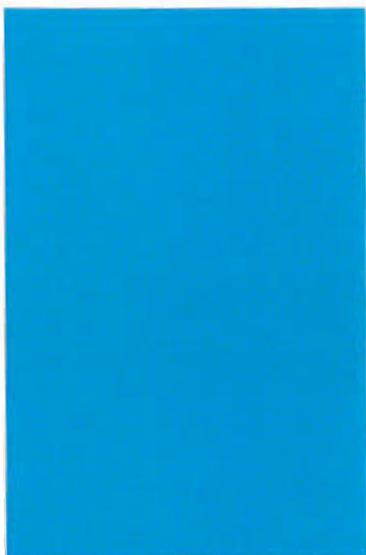
TRANSFERÊNCIAS PARA FREGUESIAS

FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS	VALOR
ALIJÓ	25 790,85 €
FAVAIOS	19 535,12 €
PEGARINHOS	15 213,59 €
PINHÃO	12 588,20 €
SANFINS DO DOURO	20 215,35 €
SANTA EUGENIA	12 588,20 €
S. MAMEDE RIBATUA	17 091,93 €
VILA CHA	15 408,84 €
VILA VERDE	22 889,29 €
VILAR DE MAÇADA	18 771,88 €
CARLÃO E AMIEIRO	27 065,70 €
CASTEDO E COTAS	25 589,34 €
POPULO E RIBALONGA	25 176,92 €
VALE MENDIZ, C. LOIVOS E Vº COTAS	30 074,79 €
TOTAL	288 000,00 €



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural



Câmara Municipal de Alijó

Rua General Alves Pedrosa, n.º 131 5070-051 Alijó
Tel: (+351) 259 957 100
Fax: (+351) 259 950 738
www.cm-alijo.pt

PRESIDENTE DA MESA: -----

Agradeceu a excelente apresentação e esclarecimentos realizados pelo Sr. Chefe de Divisão Administrativa e Financeira e abriu período de inscrições para intervenção naquele ponto. Inscreveram-se os Srs. Deputados Luís Lameiras, Luís Pereira, Aurelina Pereira, António Fernandes, Cláudio Vilela, Márcio Ribeiro, Pedro Espírito Santo e Rui Lopes. Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): -----

Agradeceu a forma como o orçamento foi apresentado pelo Chefe de Divisão. -----
Disse que iria tecer algumas considerações políticas relativamente ao orçamento e apresentar algumas sugestões. -----

Foi uma promessa da coligação "Afirmar a nossa Terra" tentar solucionar as dívidas das Juntas de Freguesia e, na sua opinião, a Câmara deveria reunir-se com as Juntas de Freguesia e resolver definitivamente aquela questão, até porque, nos anteriores quatro anos, algumas Freguesias não receberam verbas, nomeadamente a Freguesia de São Mamede de Ribatua. -----

Continuou, dizendo que sem a resolução da dívida, as Freguesias não se poderiam desenvolver e ficavam muito limitadas na sua ação política, por conseguinte o Concelho não teria o desenvolvimento pretendido e necessário. -----

Na exposição do Sr. Presidente, foi referida a questão do turismo. Disse ter várias vezes falado naquela questão no anterior mandato por achar muito importante e voltaria a fazê-lo. No que diz respeito ao turismo disse constatar que já estariam definidos para aplicar ao nível do turismo 252,800,00€ e 910,800,00€ por definir. Em relação ao montante definido, questionou o Sr. Presidente onde seria aplicado aquele montante? Quanto ao montante ainda por definir perguntou quais seriam os projetos, nomeadamente no Vale do Tua, tendo em vista todos os investimentos

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

que ali se estavam a realizar e se já tinham encetado contactos com as Freguesias daquela área geográfica? -----

Disse que se poderia desenvolver um conjunto vasto de situações, nomeadamente ao nível das paisagens naturais. -----

Relembrou que também referiu o turismo do Pinhão, pois vive ali há mais de vinte anos e sabia perfeitamente dos milhares de turistas que por ali passavam e que não saíam do Pinhão para as outras localidades do Concelho e, já o referira muitas vezes, seria necessário trazer aqueles turistas ao resto do Concelho, aos pontos estratégicos, culturais, arquitetónicos, históricos, gastronómicos, tendo mesmo dado exemplos de alguns Concelho com trabalho já realizado nesse sentido. -----

Apelou à criação de um roteiro turístico, para que os turistas, a partir do Pinhão fizessem esse roteiro e posteriormente também a partir do Vale do Tua. Aconselhou a encetarem contactos, como por exemplo com a CP, com as empresas que operam no rio Douro, entre outras. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Pereira. -----

DEPUTADO LUÍS PEREIRA (B.E.): -----

Disse que ia fazer uma exposição em jeito de declaração de voto, já que o Bloco de Esquerda iria votar favoravelmente aquele ponto. -----

Tendo sido uma estreia histórica para a política Concelhia a eleição de elementos para a Assembleia de Deputados do Bloco de Esquerda, quis agradecer a nota simpática de boas vindas do Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

Sendo uma força política nova, reconheceu que poderiam ter alguma inexperiência política, mas prometeu combatê-la com trabalho, entrega e, naquela fase, eles estavam ainda um pouco como observadores, num processo de aprendizagem. -----

Contudo, não deixariam de sublinhar que a sua atuação, enquanto oposição, seria sempre uma atuação responsável, criativa, no sentido de ajudar no processo de desenvolvimento concelhio. Por tal motivo acreditavam no novo Executivo que surgiu nas últimas eleições e pretendia dar-lhes um voto de confiança, pelo menos, no primeiro ano. Mas sublinhou que não deixaria, em nenhuma situação e em consonância com a sua força política, de defenderem os projetos que achavam capazes de dinamizar o território do Concelho. -----

Nesse sentido, referiu que os projetos de maior relevância na perspetiva do Bloco de Esquerda se centravam nas questões da dinamização turística do território O Concelho de Alijó necessitaria, disse, de pontos de atratividade, necessita de valorização de espaços históricos, de espaço arqueológicos, mas sobretudo a implementação da difusão dos turistas que chegavam até ao Pinhão. -----

A esse propósito, defendiam um projeto estruturante apresentado ao seu eleitorado e que iriam defendê-lo ao longo da legislatura, que seria a constituição de um percurso pedestre, com início no Pinhão, e que acompanhasse o vale daquele rio, em forma de passadiço, pois ainda se encontrava pouco intervencionado e oferece ainda grandes valências ambientais e culturais, aproveitando os caminhos pedestres antigos que conduziam aos antigos moinhos, a recuperação dos antigos moinhos para albergues noturnos. Pretendiam que esse projeto saísse do Pinhão e chegasse, pelo menos, até Cheires, para que os turistas pudessem chegar a Sanfins do Douro, a Alijó e ao restante território. -----

Outro projeto que disse que iriam defender durante a legislatura seria um projeto de dinamização do Castro do Vilarelho, pois disse tratar-se da estação arqueológica do período proto-histórico mais importante de Trás-os-Montes e que constituiria um ponto de atração importante para três localidades, Alijó, Favaio e Sanfins do Douro. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Terminou dizendo que aquelas seriam as ideias estruturantes do Bloco de Esquerda e que esperava serem ouvidos nas suas áreas de especialidade e que pudessem aproveitar esses saberes em benefício do Concelho e das populações. -----
Acabou, desejando a continuação de boas festas e um ano de 2018 cheio de mais e melhor futuro. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.^a Deputada Aurelina Pereira. -----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Manifestou, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Alijó, o seu contentamento à contemplação de algumas obras para a sua freguesia nos documentos em apreço, nomeadamente a reabilitação da Casa dos Nouras, a requalificação da zona envolvente ao Plátano, a pavimentação de alguns arruamentos e a realização do festival de verão, Sons no Parque. -----
Congratulou-se ainda com a preocupação que o Executivo Permanente revela pelo ambiente, apostando na aquisição e construção de sistemas de gestão inteligentes. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): -----

Começou por felicitar o trabalho do Sr. Chefe de Divisão na apresentação do orçamento, mas disse não ter apreciado tanto a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, pois chegou a pensar que estava em Cuba a ouvir os discursos do Sr. Fidel Castro, pela longevidade. -----

Disse ter lido o plano e orçamento e afirmou que se o Sr. Presidente cumprir o que ali refere não precisaria de fazer mais nada. Deu o exemplo da requalificação das estradas e caminhos vicinais, em parceria com as Juntas de Freguesia, disse que se assim for feito estariam de acordo. -----

Ainda referente às Juntas de Freguesia, referiu-se ao documento em apreço, dizendo que o Executivo pretende fomentar um bom relacionamento com todas, com a promoção de políticas de aproximação, com a realização de protocolos, acordos e reuniões de câmara descentralizadas. Questionou para quando a realização destas reuniões descentralizadas? -----

Referiu-se à colega Aurelina Pereira que se congratulou com as obras que se iriam realizar em Alijó, pois ele também se gostaria de congratular com obras a realizar em Vila Chã, mas não viu nada de novo, mantendo-se algumas do mandato passado, pois não foram terminadas, sendo proteladas para este mandato. Deixou o apelo para que a Câmara trabalhe da mesma forma com todas as Freguesias. -----

Quanto aos protocolos, questionou para que serviam, pois as Juntas não conseguiam justificar as despesas que realizavam, pois estas desenvolviam muitas tarefas que não estavam contempladas naqueles protocolos? Apelou para a renegociação dos protocolos mas com ferramentas para que os Presidentes de Junta pudessem justificar o dinheiro e o pudessem receber. -----

Numa questão de solidariedade com as Juntas com dívidas, deixou o seu ponto de vista sobre o assunto. Disse ter sido promessa eleitoral do Sr. Presidente que ia resolver o problema das Juntas de Freguesia. Sabiam que existiam Juntas de Freguesia que viveram os últimos quatro anos asfixiadas, nalguns casos até com as contas congeladas. Nesse espaço de tempo não fizeram nada sobre isso. Deixou o desafio ao Sr. Presidente da Câmara a explicar àquela Assembleia como e quando iria começar a ajudar aquelas Freguesias? -----

Terminou desejando a continuação de boas festas e um excelente 2018 a todos. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): -----

Disse terem assistido à previsão das transferências para as Juntas de Freguesia e verificaram a discrepância existente entre Juntas de Freguesia. Disse ser necessário atualizar a nova divisão administrativa do Concelho e desenvolver um método com um novo critério para as transferências



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

para as Juntas de Freguesia. No seu entender, o critério deve ser baseado na área e no número de habitantes das Freguesias, pois atualmente existia uma discrepância enorme entre Freguesias mais pequenas que recebiam verbas superiores a Freguesias maiores. -----
Referiu que a apresentação técnica do documento esteve irrepreensível e que na apresentação política, onde o Sr. Presidente da Câmara elencou o programa eleitoral e a concretização de promessas disse não ver naquele plano de atividades e orçamento a concretização de algumas promessas eleitorais e referiu-se concretamente ao milhão prometido para os caminhos vicinais. Quando o Sr. Presidente disse que seria para concretizar ao longo do mandato pensa que seria concretizado em final de mandato, mais propriamente em época pré-eleitoral porque naquele orçamento para 2018 o valor era irrisório. -----
Disse também que a verba destinada para a requalificação da rua António Manuel Saraiva, no Pinhão, era manifestamente insuficiente e referia fundos europeus que nem sequer estariam garantidos. -----
Sobre a questão das dívidas das Juntas seria a mais pertinente pois disse ter de existir uma entreatajuda entre instituições. Tendo sido uma promessa eleitoral teria de se resolver definitivamente o problema das Juntas que estavam a asfixiar a política de proximidade da Autarquia, julgando mesmo haver freguesias que não conseguiriam fazer face às suas despesas correntes. -----
Quanto aos protocolos, da forma como estariam a ser assinados e comprometidos, estariam a fazer novas dívidas para pagar dívidas anteriores. Apelou à definitiva resolução daquele problema, de modo a aumentar a execução de obras no território. -----
Referiu ainda o aumento das despesas correntes e o desinvestimento nas despesas de capital. - Sendo o primeiro orçamento do mandato, solicitou que o investimento fosse feito ao longo dos quatro anos e não apenas no final do mandato e por tal motivo referiu que a Bancada do Partido Socialista se iria abster na votação. -----
Terminou desejando a todos a continuação de boas festas e um ótimo 2018. -----
PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----
DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD-CDS.PP): ***
Começou por se referir a tecnicidade dos documentos previsionais e sobre esse ponto de vista disse ser de elementar justiça dar os parabéns ao Executivo Permanente e ao Sr. Chefe de Divisão que ali fez a apresentação do documento. -----
Disse tratarem-se de documentos que cumprem os requisitos da lei, nos grandes princípios, no equilíbrio orçamental e outros. Disse também serem documentos que associavam a vertente social e a vertente económica, dando mesmo prevalência à vertente social. -----
Referiu que os documentos previsionais eram também documentos políticos e naquele ponto de vista, consubstanciavam os compromissos da coligação no período eleitoral. Disse que a coligação não fez promessas, mas teria assumido compromissos e apresentara propostas. -----
Sobre os compromissos assumidos acerca das Juntas de Freguesia, disse tratar-se de uma questão muito importante, pois havia muitas Juntas de Freguesia muito endividadas, mas que se deveria fazer uma retrospectiva e verificar como surgiram, sendo o resultado de compromissos assumidos ou de compromissos que eram do Executivo Municipal Socialista, que tendo atingido os limites de endividamento foram empurrando as dívidas para as Freguesias, muitas vezes assumiram compromissos sem saber no que se estavam a meter. -----
Apelou ao Executivo que, no cumprimento daquilo que foi dito em período eleitoral, que tivesse particular atenção àquele problema. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

Sobre o facto de algumas não terem recebido transferências disse haver uma questão técnica muito importante, pois muitas juntas teriam penhoras de créditos o que impossibilitaria as transferências por parte da Câmara Municipal, pois teria de o fazer para o agente de execução que deverá entregar diretamente aquele dinheiro aos credores, razão pela qual algumas Juntas de Freguesia se encontrariam a zero no que se referia a transferências. -----

Recordou que também já tinha sido Presidente de Junta, não há muito tempo, e recebera zero de transferências financeiras por parte do Executivo Socialista de então, durante três anos económicos. -----

Sobre a questão do turismo do Pinhão, do Douro, eram questões que serviram para fazer grandes discursos no passado, muitas vezes inflamados que prometiam dotar de condições de habitabilidade e de receção dos turistas, com milhões de euros. Mas na realidade teriam sido transferidos tostões. -----

Relativamente ao milhão para os caminhos vicinais, um compromisso ou proposta eleitoral da coligação, deveriam ter em atenção tratar-se de um compromisso para quatro anos, que não poderia ser assumido todo de uma só vez e que havia um pomenor técnico bastante importante, isto é, a revisão orçamental, que teria de acontecer no próximo ano económico, por incorporação do saldo de gerência do ano anterior. O Chefe de Divisão apontou o valor a rondar os 3,2 milhões a ser incorporados. Naturalmente, disse que aquela verba teria que ter um destino, pelo que solicitou ao Sr. Presidente de Câmara falasse sobre aquele assunto, se tinha alguma previsão sobre os compromissos assumidos em campanha relativamente aos caminhos vicinais? -----

Terminou a sua intervenção desejando a todos um bom ano de 2018. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Pedro Espírito Santo. -----

DEPUTADO PEDRO ESPÍRITO SANTO (PS): -----

Disse que na explicação política do Sr. Presidente aquando da apresentação do ponto, tinha sido referida uma questão importante também ao Partido Socialista, mais concretamente, a fixação da população jovem, mas não teria aprofundado a questão, pelo que lançou o desafio ao Sr. Presidente para enunciar as medidas previstas naquele orçamento para a fixação da população jovem? -----

Colocou ainda a questão sobre as medidas políticas que se pretendia implementar ao longo da legislatura, não só para a fixação, mas também para a atração de jovens para este Concelho? --

Referiu ainda que na proposta de orçamento se verificava um claro aumento de custos com pessoal. -----

Quanto à obra da rua António Manuel Saraiva, no Pinhão, que continuavam efetivamente com tostões e que o investimento a ser realizado naquela Freguesia teria de ser muito mais ambicioso do que o apresentado naquele orçamento. -----

Terminou desejando um ótimo 2018 para todos. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD-CDS.PP): ***

Disse ver naquela proposta de orçamento muito do que fora apresentado na sua campanha e, sendo oriundo de um partido democrata cristão, que apoia a família, iria enumerar algumas medidas que lhe agradavam, nomeadamente a redução do IMI, a gratuitidade dos transportes, o que já se verificava noutros municípios, evitando que alunos fossem estudar para outros concelhos. -----

Disse que aquele era um projeto de quatro anos e quando se apresentavam medidas e intenções, não podia um orçamento de 12 milhões fazer face a todas as necessidades de uma só vez. -----

Terminou desejando a continuação de uma excelente quadra natalícia e um ótimo 2018. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Começou por responder à questão levantada pelo Sr. Deputado Luís Lameiras, sobre o turismo, quando se referia ao montante fixo e não definido em termos do orçamento ali discutido. Aqueles 255€ mil definidos tinha a ver com dois projetos cujo dinheiro estava cativo para o Município de Alijó que viriam da Agência do Vale do Tua. -----

Cem mil euros para o projeto das Portas de Entrada no Tua, projeto este que fora adiado mas que queriam recuperar muito brevemente. Outra verba de 150 mil euros, também cativos e destinados ao Município de Alijó, tinha a ver com investimentos no Parque Natural do Vale do Tua. -----

Os indefinidos eram cerca de 900 mil euros e teriam de ser objeto de candidaturas e só seriam defendidos quando as candidaturas fossem aprovadas. Deu dois exemplos de projetos previstos para aquela verba. Um compromisso do seu programa eleitoral seriam os pontos de atração turística. Disse que um desses pontos eram os miradouros e que o Município já tinha em curso um projeto para a requalificação dos principais miradouros do Concelho e que iria ser candidatado a fundos comunitários, num valor de 400 mil euros, na medida valorizar. -----

Outros projeto que optou por incluir no PPI, mas incerto, como esclarecera em reunião de Câmara, seria relativo a um novo projeto que a Agência Regional do Vale do Tua iria lançar em 2018 e que se comprometeu em trazer para o Município de Alijó, com uma verba prevista de 250 mil euros de investimento. Caso venha para Alijó, o documento estaria pronto para encaixar a respetiva receita. -----

Relativamente à questão da dívida das Juntas de freguesia, disse que rondava os quatro milhões de euros, com a agravante que os processos continuavam a surgir contra as Juntas, algumas supostas dívidas de 2002, 2003, 2004. Questionou como é que um orçamento municipal que não chegava aos 12 milhões teria de fazer face, nalguma eventualidade, ao passivo de cinco milhões da Câmara e mais quatro milhões do passivo das Juntas de Freguesia? -----

Disse ser verdade ter afirmado e escrito que se empenharia com toda a sua força na resolução do passivo das Juntas de Freguesia, mas pediu tempo para tentar resolver esse problema. Disse ter reunido naquela semana com o assessor financeiro da Câmara e que iriam estudar conjuntamente uma forma de ultrapassar aqueles passivos. Disse ainda que queria que o Município mediasse, com voz forte, junto dos credores das Freguesias. Revelou que no mandato anterior tinha desafiado algumas Freguesias para se reunirem com a Câmara e com os empreiteiros e recusaram, nomeadamente a Freguesia de São Mamede de Ribatua. -----

Disse que a única que não tinha recebido nenhuma verba tinha sido a Freguesia de São Mamede de Ribatua. Disse que também não era verdade o que tinha dito o Sr. Presidente da Freguesia de Vila Chã, que só teria recebido metade do que teria direito. Teria direito a 15.408,00€, estariam pagos naquele momento 14.290,00€, faltariam receber 1.117,00€. A não ser que a secção financeira se tivesse enganado. -----

Disse que queriam ajudar as Juntas de Freguesia de modo a conseguirem uma coesão territorial e social, como já fora ali referido. Gostariam também de ter todas as Juntas de Freguesia a crescerem à mesma velocidade e ao mesmo ritmo. Disse que iriam trabalhar de forma particular com cada Freguesia e os acordos a estabelecer com cada Freguesia poderiam variar de uma para outra. O mapa de transferências visualizado nos documentos previsionais era uma base, exatamente igual às transferências aprovadas no ano anterior. Mas disse que teriam de encontrar outros critérios e discriminar positivamente ou negativamente cada Freguesia, consoante os critérios que viessem a definir. -----

Continuou dizendo que julgava que o Orçamento de Estado para 2018 já o permitiria, previa a integração do saldo de gerência já na Assembleia de fevereiro. Referiu que os orçamentos

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2017-12-29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

municipais eram instrumentos dinâmicos e que permitiriam alterações e revisões e em fevereiro apresentariam uma proposta de integração do saldo, com reforço orçamental dos projetos essenciais que queriam lançar já no ano de 2018, nomeadamente nos caminhos agrícolas, investindo um milhão de euros em quatro anos, mas não se iriam realizar nos moldes em que vinham a ser feitos. Disse que iriam ser muito concretos e rigorosos na aplicação dos fundos que viessem a ser transferidos para as Juntas de Freguesia. -----

Respondeu ao Sr. Presidente da Freguesia de Vila Chã dizendo-lhe que iria arrancar um concurso em janeiro para Vila Chã e de um montante significativo. -----

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Pedro Espírito Santo, referente à fixação da população jovem e referindo-se ao seu programa eleitoral, uma das medidas visaria a regeneração urbana e recuperação do património construído que esteja devoluto. Essa medida passaria pela isenção de taxas de licenciamento para a reabilitação de imóveis para primeira habitação, para fins turísticos, para o pequeno comércio. Iriam implementá-lo. -----

Disse ainda que todos os investimentos, quer fosse no social, no cultural ou na atividade económica, o objetivo seria dinamizar a economia e ao dinamizar a economia estaria a criar condições para a fixação da população jovem. A Câmara só poderia criar emprego direto na contratação para os seus quadros, de resto não criava emprego, mas sim condições para que esse emprego surja, nomeadamente na fixação de empresas que possam criar emprego. -----

Sobre o projeto do Pinhão, da rua António Manuel Saraiva, disse que era um projeto antigo, já tinha passado por vários orçamentos, designadamente há pelo menos dois anos a constar do PPI. Disse que não deviam duvidar do empenhamento daquele Executivo na recuperação daquela rua.

Disse tratar-se de um projeto caro. Afirmou que o projeto estava pronto há muito tempo e que estaria há cerca de um ano nas Infraestruturas de Portugal e tinham solicitado ao Sr. Secretário de Estado da tutela uma audiência para desbloquear a situação, pois nem sequer se pronunciaram tecnicamente sobre o projeto, revelando ser difícil obter respostas das Infraestruturas de Portugal, o que tem impedido o avanço da obra. -----

Também disse que não valia a pena estar a dotar uma rubrica para a requalificação da Rua António Manuel Saraiva com uma verba significativa que não viesse a ter execução, pois aquela requalificação previa uma verba grande de fundos comunitários. -----

Disse ainda que iriam chegar a uma situação em que teria ou de avançar a obra com o orçamento da Câmara Municipal ou teriam de redirecionar os fundos comunitários para não os perderem, isto se o aval da IP não chegar. Os 200 mil euros seriam exclusivamente fundos comunitários a que se alocariam verbas do Município. -----

Disse que teria todo o gosto em mostrar o projeto e desafiou a Sr.ª Presidente de Junta a promover uma sessão de apresentação pública do projeto. Disse que não estaria presente na apresentação, porque da última vez que o fizera, essa ação fora mal recebida em termos políticos. -----

PRESIDENTE DA MESA: Colocou a votação o ponto dez da ordem do dia: “*Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos) para o exercício económico de 2018*”, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 20 votos a favor da coligação “Afirmar a nossa Terra” e do Bloco de Esquerda e 14 abstenções da Bancada do Partido Socialista. -----

Questionou se havia alguém do Público para fazer alguma intervenção. Não havendo nenhuma inscrição, agradeceu a presença de todos e disse que tinha sido muito gratificante, pois tinha sido a primeira vez que conduzia os trabalhos numa Assembleia Municipal. Terminou desejando um ano novo muito próspero para todos. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.-----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Assembleia Municipal deliberou, em sessão do dia 09/03/2018, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pela Mesa.-----

A MESA
